

RUTE ISABEL HORTA JUSTO DOS SANTOS

INTERVENÇÃO SOCIAL EM PARCERIA

- Rede Social de Silves -

Mestrado em Educação Social -

Relatório de Atividade Profissional

Trabalho efectuado sob a orientação de:

Professora Doutora Rosanna Barros



Escola Superior de Educação e Comunicação

2016

Título do Relatório de Atividade Profissional:

Intervenção Social em Parceria – Rede Social de Silves

Declaração de autoria de trabalho:

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Assinatura

Copyright:

“A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.”

AGRADECIMENTOS

Um dia alguém me disse: sê firme na direção da tua meta... o pensamento cria, o desejo atrai e a fé realiza!

Por isso mesmo este é o momento de AGRADECER:

- Ao Professor Doutor António Fragoso de Almeida, por toda a disponibilidade, desde o primeiro contacto com a UALG para conhecer as condições/requisitos necessários para o Mestrado de Educação Social. Sem dúvida que o seu incentivo e forte apoio inicial condicionou o meu caminho e o sentimento de necessidade de investir num grau académico efetivamente superior;

- Ao Professor Doutor Joaquim Arco, carinhosamente conhecido por professor Joca, pelo constante apoio, pois foi com ele que despertei de forma positiva para o regresso ao Ensino Universitário, passados treze anos da minha licenciatura;

- Agradeço à Professora Doutra Rosanna Barros, por todo o apoio, paciência e disponibilidade neste último ano, pelas palavras de incentivo, fundamentais para todo o processo de elaboração do presente Relatório de Atividade Profissional e pelo rigor transmitido, que considero ter sido necessário para estar focada, mesmo com todas exigências diárias ao nível profissional e pessoal;

- Agradeço a pronta disponibilidade, contributos e opiniões das seis pessoas entrevistadas/ envolvidas na realização deste pequeno estudo, pessoas com quem trabalho diariamente na construção de um Concelho com mais e melhores repostas sociais;

- Agradeço a todos aqueles que me apoiaram direta ou indiretamente, à família, aos amigos, aos colegas, que respeitaram a minha maior necessidade de isolamento neste último ano, por forma a chegar ao fim desta etapa;

- Por último mas não em último agradeço a Deus, por iluminar o meu caminho, todos os dias.

RESUMO

A Intervenção Social em Parceria, no Concelho de Silves é o tema do presente Relatório de Atividade Profissional, desenvolvido no âmbito do Mestrado de Educação Social.

Na Educação Social a intervenção ocorre em duas áreas distintas, mas complementares: a área da educação e a área do trabalho social e o fim último da sua conjugação é o desenvolvimento humano e a mudança social. Neste sentido e aliando empíria e teoria, surge a primeira parceria, evidenciada no presente estudo e que permite conhecer a temática explorada no mesmo.

Recorrendo à Rede Social, mais concretamente a seis entidades com assento no Conselho Local de Ação Social de Silves, foi possível conhecer o entendimento e a importância dada pelas mesmas à Intervenção Social em Parceria, bem como o sentido crítico da atuação profissional, ao nível das políticas sociais, em estreita ligação com a intervenção educacional no Terceiro Setor, Setor responsável pela conciliação entre Mercado e Estado e pela transformação de interesses privados em interesses comuns, sendo dessa forma entendido como o motor do desenvolvimento social local.

Palavras-chave:

Intervenção Social; Parceria; Terceiro Setor; Políticas Sociais; Educação Social; Serviço Social.

ABSTRACT

The Social Intervention Partnership, in the municipality of Silves is the subject of this Professional Activity Report, developed under the Social Education Master.

In Social Education intervention occurs in two distinct areas, but complementary: the area of education and the area of social work and the ultimate end of their combination is human development and social change. In this sense and combining empirical and theory, the first partnership arises, as evidenced in this study and that allows to know the theme explored in the same.

Using the Social Network, specifically the six entities to sit on the Social Action Local Council of Silves, it was possible to know the understanding and the importance given by them to the Social Intervention Partnership, as well as the critical sense of professional practice at the level of social policy, in close liaison with the educational intervention in the Third Sector, Sector responsible for conciliation between Market and State and the transformation of private interests to the common interests, and thus perceived as an engine of local social development.

Key words:

Social Intervention; Partnership; Third Sector; Social Politics; Social Education; Social Work.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE QUADROS	viii
ÍNDICE DE MAPAS	viii
ÍNDICE DE ANEXOS	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	ix
INTRODUÇÃO	1

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA INTERVENÇÃO SOCIAL EM PARCERIA

1. Políticas Sociais e Globalização	4
2. O Terceiro Setor	8
3. Parceiros e Parcerias Sociais	11
4. Representações Sociais e Sociedade	15
5. Políticas Públicas e Poderes Locais	17
6. Instrumentos de Política Social	19
7. Intervenção Social em Parceria – Rede Social de Silves	21

PARTE II – ATIVIDADE PROFISSIONAL DESENVOLVIDA

1. Experiência Profissional	26
2. Serviço Social e Educação Social: Intervir na Construção da Cidadania	34
3. Motivações para um Balanço de Competências	38

PARTE III – ENQUADRAMENTO E METODOLOGIA DO ESTUDO SOBRE A ATIVIDADE PROFISSIONAL

1. Objetivos do Relatório de Atividade Profissional	43
2. Contexto de Desenvolvimento do Relatório de Atividade Profissional	44
2.1. Caracterização do Município de Silves	44
2.2. Caracterização da Rede Social de Silves	47

3. Metodologia do Estudo Enquadrador da Prática da Parceria no âmbito da Atividade Profissional	48
3.1. Entrevista	50
3.2. Análise de Conteúdo	56
PARTE IV- INTERPRETAÇÃO CRÍTICA	58
1. Análise e Interpretação dos Resultados Obtidos	58
2. Implicações e Auto-Reflexão inerentes ao Relatório de Atividade Profissional	63
CONCLUSÕES	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 3.1 – Caracterização Demográfica do Concelho de Silves	42
Quadro nº 3.2 – Dimensões Estudadas nas Entrevistas	48
Quadro nº 3.3 – Dados dos Entrevistados	51

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa nº 3.1 – Concelho de Silves	43
----------------------------------	----

ÍNDICE DE ANEXOS (Volume Independente)

Anexo 1 – Esquematização do Guião de Entrevistas	2
Anexo 2 – Guião de Entrevistas	4
Anexo 3 – Caracterização dos Entrevistados	7
Anexo 4 – Quadro da Análise de Conteúdo	9
Anexo 5 - Quadro Resumo da Análise de Conteúdo das Entrevistas	14
Anexo 6 – Transcrição das Entrevistas – A – F	25

LISTA DE SÍGLAS

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CMS – Câmara Municipal de Silves

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CSF – Comissão Social de Freguesia

CRP – Constituição da República Portuguesa

DS – Diagnóstico Social

GIA - Grupo de Inserção Ação

IA – Investigação Ação

IAS – Indexante dos Apoios Sociais

INE – Instituto Nacional de Estatística

INH – Instituto Nacional de Habitação

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LSP – Local Strategic Partnerships

NLI – Núcleo Local de Inserção

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OTS – Organizações do Terceiro Setor

PEETI – Programa de Erradicação da Exploração do Trabalho Infantil

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

RSI – Rendimento Social de Inserção

TRS – Teoria das Representações Sociais

INTRODUÇÃO

“A investigação é uma indagação, uma busca de novo caminho e de nova compreensão.”

(Woods, 1986, p.31)¹

De acordo com as experiências pessoais e profissionais de cada indivíduo assim se evidencia a necessidade de investir em novos conhecimentos. Foi esta necessidade que me motivou a trabalhar no Mestrado de Educação Social, área que considero complementar à minha formação inicial, Serviço Social, e que me proporcionou uma visão mais rica dos conceitos de trabalho social e de educação, quando aplicados aos públicos a quem dirijo a minha intervenção (indivíduos, famílias, instituições).

Por isso mesmo, este foi o momento para investir numa formação avançada, em regime Pré-Bolonha, tendo optado pela área de atuação que mais se evidencia na minha experiência profissional. Assim, explorei a área, constatei factos e reforcei opiniões e conhecimentos, mais fundamentados e críticos, surgindo então a elaboração do presente Relatório de Atividade Profissional.

Refletir sobre o âmbito da intervenção social em parceira foi a minha opção, temática que muito valorizo, mas que por vezes também interrogo. Nesses momentos questiono-me se não deveria apostar numa intervenção de resposta social mais imediata, mas continuo a considerar que os benefícios da intervenção social em parceria, a longo prazo são superiores, para além de considerar a intervenção mais desafiante. De facto com o presente estudo confirmei que, efetivamente, este tipo de intervenção faz sentido para mim, mas também para outros técnicos/ representantes de entidades, com assento no Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Silves. Por isso, todo este investimento traduz uma continuidade formativa entre o que aprendi na licenciatura em Serviço Social e o que aprendi nas atividades profissionais desempenhadas, combustível para continuar a construir, com amplitude e conscientização, novos e inovadores caminhos de articulação para intervir na questão social. Prospectivamente, talvez seja esse o meu principal papel enquanto Técnica do Município de Silves, entidade que dinamiza o programa Rede Social, motor e referência no trabalho social local em parceria.

¹ Woods, P. (1986). *La Escuela por dentro. La Etnografía en la investigación educativa*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérico S.A.

Neste sentido passo a apresentar a estrutura do meu Relatório de Atividade Profissional, dividida em quatro partes: enquadramento teórico da intervenção social em parceria; atividade profissional desenvolvida; enquadramento e metodologia do estudo sobre a atividade profissional, e por último, a interpretação crítica de resultados obtidos.

Na primeira parte é feita a aproximação aos conceitos, estabelecendo uma relação entre as Políticas Sociais e a Globalização, o Terceiro Setor e as Parcerias Sociais e o que as mesmas representam, ao nível dos poderes locais. Ainda neste ponto são apresentados alguns Instrumentos de Política Social, sendo estabelecida a ponte entre a Rede Social de Silves e a intervenção social em parceria.

Na segunda parte e por se tratar de um Relatório de Atividade Profissional, apresento a minha experiência profissional, enquanto assistente social, estabelecendo uma estreita ligação com a Educação Social e evidenciando as motivações que me levaram a desenvolver todo um processo de reflexão e balanço de competências, no âmbito de uma formação avançada.

Nesta sequência, na terceira parte apresento o Enquadramento e a Metodologia utilizada para a realização de um pequeno estudo, que decidi realizar, focando aspetos determinantes da minha atividade profissional, bem como os objetivos e contexto em que o mesmo foi desenvolvido, quer ao nível do Município de Silves, quer especificamente ao nível da Rede Social de Silves. Para a realização do estudo, de matriz interpretativa e crítica, escolhi seis entidades, técnicos/representantes com assento no CLAS de Silves, recorrendo a uma aproximação à Investigação-Ação (IA) tendo sido aplicada uma entrevista, a cada um dos representantes das mesmas entidades, que depois de transcrita, foi devidamente trabalhada recorrendo à técnica de Análise de Conteúdo.

Na última parte do Relatório, apresento os resultados obtidos com o estudo, que desenvolvi entre Junho e Julho de 2015, e que me permitem retirar conclusões e algumas orientações prospectivas novas, que representam caminhos a seguir na minha atividade profissional.

De um modo geral, o balanço de todo o processo é bastante positivo, quer em termos de reconhecimento de competências académicas, para encetar o Mestrado em regime Pré-Bolonha, quer ao nível dos resultados obtidos, por permitir um reforço do sentido crítico da minha intervenção profissional diária, com a mais valia de lhe aportar os conhecimentos teóricos que desenvolvi e aprofundei, quer no âmbito das questões atuais da área das políticas

sociais, quer no âmbito das questões sociocomunitárias, relativas à intervenção educacional no Terceiro Setor.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA INTERVENÇÃO SOCIAL EM PARCERIA

A política social pode ser entendida “... como a política dos Estados no sentido de produzir um impacto direto no bem-estar dos cidadãos, no sentido de lhes proporcionar determinados serviços”. (Marshall, 1965, p. 35)²

1. Políticas Sociais e Globalização

O conceito de política social está por norma associado, direta ou indiretamente, às atuações direcionadas à promoção do bem-estar social, (Alcock, 1996)³, mas nem sempre o objetivo central é alcançado.

Tendo como referência Pastorini (1997, p.85)⁴, o desenvolvimento é a pedra basilar de uma sociedade, constituída por políticas públicas e privadas e ações individuais e coletivas, mas é na dualidade “concessões ou conquistas”, das políticas sociais que a sociedade se constrói, ao nível social.

Até o século XVII, o pensamento social caracterizava-se pela preocupação em formular regras de ação, mais do que pela análise da realidade social em si, geradora de todas as regras. A evolução natural do mundo dependia das forças, do bem e do mal, da ordem adequada e do que deveria estar em equilíbrio (Rotta, 2007). Perante o exposto e segundo Castel (1998), os problemas sociais eram entendidos como destino, castigo divino ou circunstâncias individuais, associados por norma a uma fraqueza moral, como tal o conformismo bastava perante determinadas situações e os sentimentos de caridade e piedade prevaleciam, face às diferentes realidades (doenças, deficiências, miséria, entre outros). É neste século que na Europa a Igreja Católica se transformou na principal instituição de apoio e assistência aos mais necessitados.

Já nos séculos XVIII e XIX, na Europa Ocidental, a burguesia afirmou-se no poder e expandiu a ideologia do progresso pelo mundo, através da consolidação de uma sociedade alicerçada na liberdade individual, no livre mercado, no contrato social, na ciência racional,

² Marshall, T.H. (1965). *Social policy in the Twentieth Century*. London: Hutchinson University, em Cairo, J.C. (2010), *Política Social e Estado Providência*, Lisboa: Universidade Lusíada (p. 12).

³ Alcock, P. (1996). *Social Policy in Britain: The-mes and Issues*. New York: Basingstoke. St. Martin’s Press.

⁴ Pastorini, A. (1997). *Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 18, nº. 53. pp. 80-101, março.

na técnica e na indústria. Enquanto classe dominante, politizou os problemas sociais, transformando-os em questão social, sendo que os efeitos amenizaram-se ou mesmo reduziram-se, através das políticas sociais (Netto, 1996).

Nas últimas décadas do século XIX, a crise na economia do mundo ocidental, contribuiu para apressar a necessidade de reavaliar os direitos dos cidadãos e as obrigações do Estado. Com a entrada no século XX, o Estado-Providência destaca-se como a forma política dominante nos Estados centrais e acrescentou os direitos sociais ao conjunto de direitos civis (Sec. XVIII) e políticos (Sec. XIX) alcançados, constituindo-se assim a trilogia de direitos que consagra a cidadania social, em consonância com a Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 1944 (Marshall, 1967).

Assim, de acordo com Pereirinha (2008) garantir e promover o bem-estar social é idêntico a garantir a realização dos direitos sociais e promover o seu alargamento, daqui se destacando o Estado-Providência, marco que prioriza a intervenção social ao nível da educação, saúde, habitação, segurança social, ação social, os chamados *big-five*.

Diante da realidade descrita começam a surgir manifestações da classe trabalhadora, que ganham expressão com a Revolução Industrial, “a mais radical transformação da vida humana já registada em documentos escritos” (Hobsbawm, 2000, p.13), concentrada na divisa trinitária, proclamada pela Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

É desta forma reforçado o modelo socialista, estruturado em torno da sociedade e dos principais recursos económicos, controlados pelas classes trabalhadoras e onde a intervenção do Estado tinha por objetivo primordial promover a igualdade social, para além da igualdade jurídica ou política, já praticadas.

Mas a solidarização da sociedade, com alguns êxitos pela via estatal (*Welfare State*)⁵, não conseguiu evitar a des-solidarização generalizada, das relações entre indivíduos e grupos. A democracia só funcionou em sociedades que respeitavam liberdades e permitiam a livre expressão dos interesses e das opiniões, independentemente dos termos antagónicos e complementares que caracterizam a democracia: consenso/ conflituosidade; liberdade/ igualdade/ fraternidade, comunidade nacional/antagonismos sociais e ideológicos (Morin & Nair, 1997, p.175).

Tendo por referência todas as alterações e conturbações que o mundo atravessou, de acordo com Morin e Kern (1995), o início do século XX, foi fulcral na afirmação de dois modelos

⁵ Estado do Bem-Estar Social.

que passaram a ser referência para as diversas nações do mundo: o primeiro que reforça o futuro radioso prometido pelo comunismo e o segundo que evidencia o futuro apaziguado e próspero prometido pela sociedade industrial capitalista, modelos que evidenciavam a ideia de desenvolvimento, em contraposição com a ideia desgastada de progresso, anteriormente reforçada.

Desta forma e segundo Murteira (2003), a economia mundial é um sistema complexo e em movimento, que atravessa um processo de mudança, justificado pelo sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein e colaboradores do *Braudel Centre* da Universidade de Nova Iorque, num estudo realizado em 1995, intitulado *The Age of Transitions*. Na base desta transição multidimensional está a Globalização, evidenciada no pós-guerra, nos chamados «trinta gloriosos» anos (1945 - 1975), apanágio do chamado «Primeiro Mundo», constituído pelos Países «desenvolvidos», pioneiros no processo da industrialização, onde se incluía a Europa e onde os partidos trabalhistas ou social-democratas, mais se empenharam na construção do *Welfare State*, inspirado no relatório de Beveridge de 1942, primeiro documento a lançar os princípios do Estado Providência moderno, ou Estado do Bem-Estar, que protegia os cidadãos, sobretudo na doença e no desemprego, procurando maior justiça na repartição do rendimento nacional. Do lado oposto encontrava-se o «Terceiro Mundo», constituído por Países «subdesenvolvidos». Já o «Segundo Mundo» era formado pela União Soviética e os seus satélites, também designados por Países do «socialismo real».

Nos Países do «Primeiro Mundo» as maiores diferenças evidenciam-se na crescente concentração urbana, que originava movimentos de massas não controlados, acentuando desequilíbrios, bem como criando alguns problemas (diminuição da natalidade e consequente redução da população em idade economicamente ativa) dado o sentimento de exclusão e marginalização, da população residente em meio rural.

Os fenómenos que nascem de um processo de Globalização, acentuam inevitavelmente as desigualdades e geram tensões entre grupos sociais, quer sejam étnicos, religiosos, linguísticos, culturais ou simplesmente económicos.

Samuelson (1987), metaforicamente, refere que o processo de Globalização origina a satisfação das necessidades do «cão do rico», em vez responder às necessidades do «filho do pobre» (citado por Murteira, 2003).

Já Giddens (1999, p.34), refere-se a Globalização enquanto “termo que não pertence a sítio nenhum, mas que está por toda a parte, envolvendo conexões que abarcam o mundo”.

No que respeita a Portugal, assiste-se a um conjunto de perplexidades, por se tratar de um País de nível de desenvolvimento intermédio, mas também pelas relações híbridas e contraditórias, entre o Estado e a Sociedade (fortemente corporativa e de grande dependência do Estado) (Santos, 2005). Esta expressão entende-se ao analisar o nível supranacional, ou seja, embora se verifique o aumento do investimento internacional, os benefícios daí retirados ainda não chegam a todos, criando-se discrepâncias que aumentam o fosso entre (Países) ricos e pobres. Por isso mesmo, através da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social de Globalização, o trabalho que se proclama vai no sentido de se criar “Uma Globalização Justa – Criar Oportunidades para Todos” onde o investimento possa incidir mais nas pessoas e menos nos mercados (Jenkins & Rodgers, 2007). Esta abordagem relaciona-se com a criação dos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável e as 169 metas⁶, que pautaram a agenda de desenvolvimento das Nações Unidas, consistindo resumidamente no combate aos fenómenos que originam a pobreza e as desigualdades sociais, criando uma sociedade inclusiva e sustentável.

Setembro de 2015 foi o mês chave para a avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e para a definição de uma agenda global, dirigida ao desenvolvimento pós-2015, que deverá centralizar a sua intervenção nas pessoas e nos direitos humanos, um pouco mais além da ajuda ao desenvolvimento e dos próprios ODM, o que implicará transitar de um modelo de assistencialismo para um modelo de justiça, em que se dignifique a vida humana (Ferreira, 2013). Por isso mesmo deverão existir compromissos internacionais com diferenciação nacional, em função dos contextos, capacidades e necessidades, onde o objetivo máximo será o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Reforçado por Murteira (2003), o século XXI, oscila entre dois cenários alternativos de Globalização: um liderado sem contestação, pelos EUA, outro formado por alianças e conflitos interpolares entre fortalezas económicas, num sistema separado por mundos distintos, ao nível da política, cultura e raízes civilizacionais.

Desta forma do processo de Globalização neoliberal surge o risco social, gerador de oportunidades e constrangimentos e por consequência o importante papel das instituições, que mobilizam recursos e redes de solidariedade primárias, mas também as instituições supranacionais, com um papel preponderante ao nível dos meios de segurança e de proteção

⁶ Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>, acedido em maio de 2015.

social, na eventualidade de produção de novos riscos sociais (Hespanha & Carapinheiro, 2001). É por isso mesmo, reforçado por Pereirinha (2008), que o papel das políticas sociais é basicamente: a redistribuição de recursos, a gestão de riscos sociais, na proteção dos cidadãos para garantia dos direitos sociais e a promoção da inclusão social, que atua sobre os fatores de exclusão social. Em contextos de elevada vulnerabilidade social, a existência de ajudas solidárias (disponibilidade de tempo para ajudar e recursos para viabilizar essa mesma ajuda) e de redes sociais dinâmicas, fará a diferença nas interações estabelecidas entre urbano e rural.

A verdade é que nos encontramos num tempo de inacabamentos democráticos, onde ocorrem processos de regressão, que tendem a afastar os cidadãos das grandes decisões políticas, a atrofiar as suas competências, a ameaçar a diversidade e a degradar o civismo, muito se devendo ao aumento da complexidade dos problemas (Morin & Nair, 1997).

2. O Terceiro Setor

“A referência a outros setores para além do estado na provisão de serviços, com vista à realização de direitos sociais constitui uma das características da Política Social nos modernos Estados-Providência.” (Pereirinha, 2008, p.27)

Segundo Boaventura Sousa Santos (2002) o Estado é uma realidade construída, uma criação artificial e moderna quando comparada com a sociedade civil, que desenvolve relações sociais espontâneas, orientadas por interesses particulares. Mas a atuação de ambos só faz sentido em estreita articulação. Ao Estado compete o papel crucial da criação de condições para o desenvolvimento da sociedade, onde coexistem, agentes do Setor Privado (mercado), mas também agentes que realizam atividades económicas, segundo a lógica não lucrativa.

Na sociedade ocidental, nos finais dos anos 60 evidenciou-se a passagem da cidadania cívica e política, para a designada cidadania social (conquista de significativos direitos sociais, no âmbito das relações de trabalho, da segurança social, da saúde, da educação e da habitação, por parte das classes trabalhadoras), alvo de transformação devido à crise do Estado Providência (regime “fordista”) e do movimento estudantil (Santos, 1997).

Tendo como referência Matthies (2006), identificada no artigo de Ferreira (2009), no início dos anos 70, nos EUA e no Reino Unido, das discussões sobre Estado Providência surgiu um novo ator nas políticas de Bem-Estar, designado Terceiro Setor. Já em França surge o

conceito de Economia Social e tem efeitos na Europa continental, num contexto de crise no emprego.

É nos anos 90 que o Terceiro Setor e as associações cívicas tomam maior visibilidade e importância, passando a ser um Setor assumido como ator económico (fonte de emprego, empreendedorismo e gerador de riqueza), mas também como ator político (promotor da cidadania participativa e da capacitação, parceiro do Estado na governação local). Assim, a ideia de um Setor situado entre o Estado e o Mercado, ocorreu simultaneamente em diferentes Países, muito se devendo ao contexto onde foi enquadrado, mas também às relações sociais, organizações, princípios e significados estratégicos dessa mesma construção, para os diferentes atores sociais.

Desta forma e segundo Lima e Afonso (2006), o Terceiro Setor passa a ser apelidado de público não estatal ou privado não lucrativo, de interesse público. No Terceiro Setor estão integrados um conjunto alargado e heterogéneo de organizações que se orientam com o fim social, político, cultural, sendo possível encontrar as redes, plataformas e outras estruturas que agregam organizações, grupos, indivíduos autónomos e distintos ao nível local, regional, nacional ou internacional, os cientistas sociais, com projetos, centros de investigação e revistas científicas, que desenham os limites do “Setor”, mas também as políticas públicas de referência, que emergiram no séc. XIX como alternativa ao capitalismo.

Quando se tenta descrever o Terceiro Setor é inevitável considerar o modo como o mundo está organizado, uma vez que surge da separação entre atores, ou seja, existe um triângulo “cujos vértices são constituídos pelo Estado, mercado e comunidade, o qual tem no seu centro associações que são privadas, formais e não lucrativas, rodeadas por outras OTS onde as diferenças entre formal/informal, público e privado, lucrativo e não lucrativo são mais ténues” (Ferreira, 2009, p.183).

Ainda pela mesma autora (2012) é possível retirar algumas considerações sobre o Terceiro Setor, podendo ser visto como um mecanismo de *governança* (orientação - *steering*), dos diferentes modos de governação do Bem-Estar, uma terceira via onde a economia social reconcilia Mercado e Estado e transforma os interesses privados em interesses comuns.

Neste sentido a economia solidária deve cada vez mais ser encarada como um tipo de prática que induz consequências positivas para a sociedade: produz bens, presta serviços, induz coesão social e criatividade pessoal.

Embora o Terceiro Setor e a economia social apresentem diferenças, também têm aspetos comuns, sobretudo no que respeita a funções e limites do Estado-Providência. O contexto, as tradições e os projetos políticos, são de extrema importância para desenvolver diferentes observações sobre o Terceiro Setor, tendo em conta as relações estado/economia/comunidade/sociedade civil. O Terceiro Setor é protagonista na perda de centralidade do Estado, enquanto organizador e provedor de Bem-Estar, mas é também um dos principais canais de pressão para a expansão da responsabilidade pública.

Nestas circunstâncias e tal como afirma Boaventura Sousa Santos (1990, p.24), “a distinção entre Estado e não-Estado torna-se cada vez mais problemática, tal como se torna cada vez mais difícil determinar onde acaba o Estado e a sociedade civil começa”. O Estado retrai-se de áreas de intervenção mais tradicionais (promotor e regulador dos serviços fornecidos pelas organizações do terceiro setor) e expande-se sob a forma de sociedade civil, em torno do conceito de governação pública.

Por isso mesmo Namorado (2004) refere que em Portugal o Setor foi construído com base nas experiências de outros Países, onde muitas organizações do Terceiro Setor (Cooperativas, Mutualidades, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações, Misericórdias, entre outras), reafirmaram o seu dinamismo através de programas apoiados pelo Fundo Social Europeu, o que permitiu o desenvolvimento de projetos muito diversos, visando o desenvolvimento local (no âmbito do Programa Leader⁷, por exemplo) e a luta contra a pobreza (Programa EQUAL⁸).

Hoje, o Terceiro Setor encontra-se sob forte pressão, isto porque a sobrevivência institucional muito se deve à profissionalização dos recursos humanos, e à necessidade de procura de apoios financeiros, que visam a dimensão social e a responsabilidade cívica. Na realidade os conceitos associados ao Terceiro Setor ainda se encontram em aberto, prova disso são as designações associadas a realidades idênticas, que por vezes se sobrepõem: economia social/economia solidária, terceiro setor, organizações não-lucrativas.

Nas instituições europeias, ainda que exista um défice no enquadramento deste “Setor”, que emergiu quase como de uma extensão dos serviços públicos, o mesmo tem sido reconhecido com apoios à investigação e ao desenvolvimento de programas e iniciativas comunitárias, destacando-se como exemplo o caso recente do Programa Erasmus + (Programa Comunitário

⁷ Programa Comunitário de Apoio - *Liaison entre actions de développement rural* (Trad. Relações entre ações de desenvolvimento rural).

⁸ Programa Comunitário de Apoio – De igual para igual.

que apoia ações, formas de cooperação e instrumentos consistentes baseados nos objetivos da Estratégia Europa 2020, cujo investimento incide nos conhecimentos, aptidões e competências, que beneficiarão os cidadãos, instituições, organizações e a sociedade como um todo, contribuindo para a igualdade, o crescimento, a prosperidade e a inclusão social na Europa e no Mundo).

3. Parceiros e Parcerias Sociais

“Assim, em vinte anos, desenvolveu-se um novo mecanismo institucional que criou as condições prévias para a associação dos parceiros sociais às políticas de desenvolvimento regional”. (Dupoirier, 2007, p.17)

Foi através do Livro Branco da Política Social Europeia (Comissão Europeia, 1994)⁹ e de vários programas de financiamento, que através das abordagens contratual/ partenarial, surgem conceitos como diálogo social, negociação e parceiros sociais (Ferreira, n.d.).

Em Inglaterra, no ano de 1998, durante o governo do *New Labour*¹⁰, foi possível ir mais longe no uso do conceito de parceria, como forma de governação do Bem-Estar, Kendall e Taylor (2010), citado em Ferreira (2012). Foi assinado um pacto de cooperação entre o Governo e o Terceiro Setor, o *Compact*, que reconheceu os vários papéis assumidos pelo Terceiro Setor e o constituiu como Parceiro do Governo, tanto ao nível nacional, como ao nível local. Uma vez que a Administração Pública deixou de ter meios próprios para poder implementar serviços destinados à satisfação de necessidades, surgem as parcerias, como forma de rentabilização de recursos, direcionados ao Bem-Estar coletivo.

Quando se procura saber qual o verdadeiro significado do conceito de parceria, várias são as definições que encontramos.

De acordo com Costa e Melo (1999, p.1223) no Dicionário da Língua Portuguesa, parceria é definida como “uma sociedade de indivíduos, que tem por fim interesses comuns; associação cujos sócios só são responsáveis pela parte com que entram e só lucram na proporção dessa mesma parte; sociedade; companhia”.

⁹ Comissão Europeia (1994) Livro Branco da Política Social Europeia: Como avançar na União. Bruxelas: Comissão Europeia.

¹⁰ New Labour refere-se a um período na história do Partido Trabalhista britânico a partir de meados da década de 1990 até o final da década de 2000, sob a liderança de Tony Blair e Gordon Brown. Esta corrente de pensamento defende um "Estado necessário", em que sua interferência não seja, nem máxima, como no socialismo, nem mínima, como no liberalismo.

Segundo Gonnin-Bolo (1995)¹¹, no primeiro Colóquio dedicado à temática das Parcerias, realizado em França, definiu parceria como um compromisso numa ação comum negociada, sendo o termo negociação realçado, uma vez que na parceria não há homogeneidade ou consenso, mas sim heterogeneidade, essencial para que existam compromissos na eventualidade de um conflito.

Recorrendo a Mestrinho (2004), na literatura americana:

...a aceção parceria (no sentido de *partnership*, no sentido que lhe dá Sullinger *et al* (1998), aparece ligada ao conceito de colaboração. Frequentemente parceria é escolhido para descrever associações entre instituições, enquanto o conceito colaboração é usado para descrever associações entre pessoas. (Steele, 1986; McEwen, 1994 citado por Sullinger *et al* 1998, p.4)

Mas muitos outros conceitos existem que associam parceria a cooperação, confiança, complementaridade e sinergia, entre indivíduos e organizações, para alcançar um objetivo comum. Desta forma, vários são os autores e entidades que abordam e discutem o sentido teórico e a prática do conceito, em diferentes contextos de atuação. De forma cronológica encontramos referenciados quatro abordagens distintas: Georis, Estivil, Hiernaux, Rodrigues e Stoer.

Para Georis (1992), a Parceria constitui uma forma de mediação, que aproxima a teoria e a empíria, ou seja, são privilegiadas as ligações entre uma perspetiva de conhecimento teoricamente fundamentada e uma abordagem orientada para a prática de intervenção, em determinados contextos, sob a responsabilidade dos atores locais. O mesmo autor entende ainda a parceria, como um processo negocial entre atores, com características, similares ou distintas, em torno de projetos partilhados.

Para Estivil (1994, p.5)¹², a Parceria é definida como “um processo pelo qual dois ou mais agentes sociais, de diferente natureza, concordam que o resultado da ação conjunta em torno de um projeto ou objetivo é mais do que a soma das suas partes”. Perante o exposto, a parceria é novamente entendida como uma relação negocial, onde se poderão partilhar potenciais riscos ou benefícios, traduzindo-se esta ideia no assumir do princípio da responsabilidade partilhada, entre atores parceiros. Os resultados da intervenção decorrem de

¹¹ Gonnin-Bolo, A. (1995). *Écoles- Entreprises, des partenariats en marche*. Paris: INRP.

¹² Estivil, J. et. al. (1994). *Partnership and the Fight against Exclusion*, col. «The Lessons of the Poverty. 3 Programme», Bruxelas, EEIG, Animation and Research, European Union.

um trabalho de articulação, caracterizado, na base de conquistas e cedências entre os mesmos parceiros, por relação a um processo ou projeto no qual se encontram envolvidos. O autor sublinha ainda a importância do estabelecimento de uma plataforma comum, no âmbito da qual se combinam diversos recursos, visando alcançar objetivos económicos e sociais.

A reflexão de Jean-Pierre Hiernaux (1997, p.81) é muito próxima à de Estivil, parceria é uma relação entre atores “em torno da utilização de recursos e/ou descoberta de interesses comuns articuláveis”, onde os interesses comuns são elementos-chave e a articulação revela-se fundamental no sucesso de uma parceria.

Por último, para Rodrigues e Stoer (1998, p.37) e tendo como base algumas pesquisas centradas nas experiências de partenariado em Portugal, constatou-se uma “oscilação dinâmica” entre dois modelos fundamentais de parceria, um primeiro identificado como “de cima para baixo”, de natureza formal e um modelo alternativo, de base horizontal e essencialmente informal. Nesta combinação de modelos os autores defendem que a parceria deverá ser vista numa perspectiva formal ou informal, sendo suscetível de integrar parceiros, o que obriga a um necessário e permanente reajuste de todo o processo, ou seja, interessa a procura de plataformas comuns de entendimento e de atuação, por parte da generalidade dos elementos envolvidos.

Assim, as parcerias locais são um novo modo de coordenação do Bem-Estar Social, por parte do Estado, sendo consideradas estratégicas e multissetoriais, contribuindo para a governação, ao nível subnacional – as Autarquias - tendo como objetivo a identificação dos problemas e aspirações das populações, num determinado território. Como exemplo destas parcerias, em Portugal destaca-se a *Rede Social*, já em Inglaterra a referência recai nas *Local Strategic Partnerships* (LSP).

A Rede Social é um programa que surgiu em 1997, iniciativa dos organismos do Setor Público e que envolve os serviços descentrados. Autarquias locais, instituições de solidariedade social e outras entidades públicas com intervenção na área da ação social, e visa a conjugação de seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento social local, tendo como base o trabalho em parceria.

No que respeita às LSP, surgiram em 2001 e constituíram-se como uma política nacional e uma exigência colocada ao governo local e às organizações locais, na forma de recomendação de boa prática. Bailey (2003) denomina-as como macroparcerias, dado que envolvem todos os

atores e temas de relevância num determinado território, o que requer o envolvimento das organizações do Terceiro Setor e dos habitantes locais, em condições de igualdade com outros parceiros locais públicos e privados. Segundo o autor, o elevado desenvolvimento das políticas de parceria do Terceiro Setor, a sua influência internacional e a presença de uma complexidade neste tipo de políticas, tornam o caso inglês particularmente interessante, para compreender as transformações da relação entre o Estado e o Terceiro Setor.

Recorrendo a Ferreira (2012) é possível entender que em Portugal as redes de governação local, por norma estão ligadas entre si, de diferentes formas e em diferentes momentos, mas as diretrizes na intervenção são provenientes, por norma, do Estado, ou de outros atores relevantes. Daqui é de imediato possível entender as diferentes perspetivas nos modelos de governação, tal como refere Kooiman (1993)¹³ – auto-governação (desregulação), co-governação (redes, parcerias, co-gestão, cooperação) e hierarquia (burocracia, controlo). Nos debates sobre a governação em rede, o Terceiro Setor ocupa um lugar de extrema relevância no que respeita à parceria com o Estado, onde a intervenção de ambos vai para além da cooperação e da solidariedade, ou seja, em conjunto são assumidas as dificuldades, mas também os benefícios de uma intervenção estratégica, que visa a resolução de problemas comuns.

Nos vários tipos de sistemas sociais - a sociedade, a interação, os movimentos sociais, as organizações e os sistemas funcionais (educação, saúde, economia, direito, religião, etc.) - a globalização explica alguns processos económicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais, mas este processo é constituído cada vez mais por redes e alianças transfronteiriças, nacionais ou locais, que visam combater a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, o desemprego, entre outros, produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal (Rousseau, s.d.).

O trabalho em parceria não está isento de dificuldades, mas com base na minha experiência profissional e no trabalho desenvolvido até ao momento, as vantagens superam as desvantagens, isto porque as parcerias são uma forma de promover respostas direcionadas a problemas concretos, sendo dessa forma entendidos como espaços de participação cívica.

¹³ Kooiman, J. (org.) (1993). *Modern Governance: New Government-Society Interactions*. London: Sage.

4. Representações Sociais e Sociedade

O estudo das representações sociais parece ser um caminho promissor ... na medida em que investiga justamente como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. (Mazzotti, 2008, p.20)

Quando se fala em Representações Sociais surge de imediato a referência a Serge Moscovici (2003), através do qual foi firmado em 1961 a Teoria das Representações Sociais (TRS). Segundo o autor, o contexto onde os sujeitos estão integrados é composto por imagens e nós continuamente acrescentamos, retiramos e readaptamos imagens ao nosso pensamento, alterando também o conteúdo dos nossos pensamentos, e a própria forma de pensar.

As Representações Sociais são criadas através do dia-a-dia e das experiências vividas, tornando familiar algo que não era familiar, possibilitando ao indivíduo a tomada de consciência dos seus pensamentos, ideias e atitudes. Visto nesta perspectiva é possível entender que o 25 de Abril de 1974, marcou uma viragem em Portugal e nos Portugueses, não só na história das representações sociais para o País, mas também nas ações e atitudes do Estado, face à proteção social da população portuguesa.

Como refere Pedro Hespanha (2000, p.127), neste período “assistiu-se a uma reestruturação profunda das políticas de proteção social, à introdução de novas filosofias de intervenção assistencial relacionadas com os novos papéis do Estado e as novas conceções de cidadania social”.

Com a Constituição da República em 1976, surgem novos direitos, tais como o direito à Segurança Social e à Proteção Social e do ponto de vista desta última, importantes medidas foram tomadas neste período pós-revolucionário, tendo sem dúvida o mais importante sido a instituição de um sistema mínimo universal de proteção social, garantido a todos os cidadãos.

Ainda de acordo com o mesmo autor e Carapinheiro (2001), passou-se de uma Proteção Social assistencialista, com origem no Estado Novo, para uma Política Social Pública, desenhada de acordo com as novas linhas e contextos políticos.

O País abriu-se ao mundo com a adesão à União Europeia e evidencia-se a era dos três D's: Democracia, Descolonização e Desenvolvimento, evidenciando-se a redescoberta do que somos, na revisão do que fomos e na redefinição do que poderemos vir a ser. A crise de

identidade que vivemos, é lamentada por uns e reconhecida por outros, tendo em conta os reajustes económico-sociais constantes, ao nível do imaginário cultural (Ramalho & Ribeiro, 2002). Deste aspeto resulta a maior transformação da esfera política, que reside no facto dos Governos e dos cidadãos co-existirem num mesmo universo de informação e neste sentido os Governos podem agir em parceria com as organizações da sociedade civil.

As Representações Sociais são uma construção do sujeito integrado numa sociedade, não sendo o mesmo apenas produto de determinações sociais, nem produtor independente, dado que as Representações Sociais resultam de construções contextualizadas (Spink, 1993).

Assim, é possível entender os contributos dos participantes neste pequeno estudo, homens e mulheres que conhecem o terreno e a realidade social, integrados em entidades que desenvolvem um trabalho com maior ou menor autonomia, para com o Estado, mas com muita experiência na área conseguindo facilmente identificar lacunas, mas também caminhos de mudança, caminhos para novas construções. Homens e Mulheres que ao longo das suas carreiras profissionais e experiências pessoais, adquiriram, alteraram e reajustaram as representações sociais construídas face a determinados segmentos sociais e que hoje, reconhecem como sendo condição essencial intervir socialmente em parceria, em articulação, reunindo sinergias para alcançar objetivos comuns que respondam a lacunas identificadas.

A verdade é que quando falamos em intervenção social em parceria, reportamo-nos à dinâmica social, que por si só já indicia mudança e o que há dez anos atrás poderia ser pensado a este nível, hoje já não fará sentido para muitos, mas ainda levanta desconfianças a tantos outros.

A própria sociedade dita as alterações, obrigando quem trabalha na área a reajustar-se e a redefinir novas representações sociais.

Recorrendo a Reis e Bellini (2011), tudo o que é dito ou feito confirma as interpretações e as próprias crenças adquiridas. No momento a intervenção social em parceria é entendida como a mais positiva, a que mais benefícios trás a todos, a curto/médio prazo, mas isso não implica que não se trabalhe por algo melhor e daqui a dez anos possamos novamente e de forma retrospectiva verificar que as representações sociais assumidas anteriormente foram redefinidas, ou até mesmo alteradas.

Haverá sempre quem siga o que está previamente definido no momento, mas outros haverão de encontrar novos caminhos para definição de novas representações sociais.

5. Políticas Públicas e Poderes Locais

“Compreender a política social exige que compreendamos a estrutura de poder da sociedade. Esse conhecimento e compreensão são fundamentais para se entender o processo de tomada de decisão das políticas e da sua execução.” (Pereirinha, 2008, p.46)

“As políticas emancipadoras dizem respeito às oportunidades da vida, as políticas da vida dizem respeito às decisões da vida. Estou a falar de políticas de escolha, identidade e solidariedade.” (Giddens, 1999, p.46)

As Políticas Públicas são entendidas como um conjunto de ações inter-relacionadas entre si, tomadas por um ator ou conjunto de atores políticos, que visam alcançar uma dada situação. De acordo com Pereirinha, as políticas públicas são caracterizadas por três aspetos fundamentais: “conjunto de decisões e não uma decisão isolada, descontextualizada; devem envolver atores políticos nas decisões, isto é, com poder legitimado; as decisões identificam objetivos a alcançar e em meios a utilizar tendo em vista os objetivos a atingir” (2008, p.17). O que distingue as Políticas Públicas das Políticas Sociais é a garantia e promoção do Bem-Estar (*Welfare*) na sociedade. De acordo com o mesmo autor, a Política Social é uma forma de atuação das Políticas Públicas, com a finalidade de promover e garantir o Bem-Estar Social, através da consagração de direitos sociais, que se traduzem na reafetação de recursos, destinados à satisfação de necessidades, que são normas sociais consagradas como direitos (direito à educação, direito à saúde, direito à segurança social, direito a um rendimento).

Quando se pretende diferenciar Políticas é essencial entender quais as finalidades que se propõem alcançar, mas também é necessário conhecer os instrumentos (meios) para alcançar essas mesmas finalidades, conhecer a substância, os objetivos e os instrumentos de uma política, por isso mesmo, as Políticas Sociais são fruto de um complexo processo e não de um mero acaso. A formulação da política (*politic*) e o processo da implementação de uma ou mais políticas (*policies*), reveste-se de etapas e dimensões complexas. Segundo Spiker (1995, p.105)¹⁴ as etapas inerentes ao processo de formulação de uma política-*politic*, identificadas por Banting, são: a tomada de consciência do problema e o reconhecimento da sua existência;

¹⁴ Spiker, P. (1995). *Social Policy: Themes and approaches*. London: Prentice Hall. Acedido em outubro de 2015, em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23652/2/88741.pdf>.

a legitimidade, a aceitação da necessidade de agir/intervir; a definição do problema, condicionado pela ideologia política e circunstâncias; a especificação de alternativas e a escolha, a opção estando as duas últimas etapas mais ligadas ao processo de implementação.

É importante referir que para o autor o processo de formulação de políticas não se esgota na mesma, visto que as políticas têm de ser implementadas e por isso mesmo existem readaptações/reformulações, quer ao nível nacional, quer ao nível local, sendo um processo onde o Governo Central atribui um maior número de competências aos Governos Locais, no sentido de descentralizar e chegar à população, mas ao mesmo tempo o que daí decorre deverá ir ao encontro dos objetivos das políticas centrais (recentralização) e neste sentido surgem por vezes resistências na ação.

Perante o exposto e recorrendo a Baltazar (2004a, p.3), “quer seja ao nível internacional, nacional, regional ou local, a resposta organizada a tais situações de privação que afectam um número muito alargado de indivíduos surge através das denominadas políticas sociais, que têm como principal finalidade prevenir, atenuar ou resolver esses problemas sociais e que se traduzem em situações de exclusão social e pobreza”.

As autarquias são o poder mais próximo da população e é através das mesmas que muitos dos problemas da população atualmente se resolvesse. De acordo com o plasmado no artigo 237.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) é possível entender que:

- “1. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais.
2. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.” (1993, p.110).

Pelo exposto, o poder local é o poder das Cidades e dos Municípios, no seio dos quais se tratam questões de carácter político, legislativo, jurídico, administrativo, social, humano e cívico, de acordo com as competências que lhes são afiguradas¹⁵, “...sempre renovadas que nos permitem admitir que se caminha para o infinito.” (Barros, 1996, p. 24)

¹⁵ Lei 75/2013 de 12 de Setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais.

D.L. 30/2015 de 12 de Fevereiro – Regime de Delegação de Competências nos Municípios e Entidades Intermunicipais.

6. Instrumentos de Política Social

“Por conseguinte, o homem não se libertou da religião; obteve, isto sim, liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo da Indústria, obteve a liberdade industrial”. (Marx, 1991, p.50)

Nos anos 60, o trabalho social ao nível das parcerias torna-se uma prática na intervenção dos profissionais de Serviço Social, estando as bases metodológicas estreitamente relacionadas com a intervenção comunitária, a animação cultural e a educação permanente, sendo que depois de Abril de 1974 esta atuação tomou maior força no âmbito nacional.

Nos anos 80 e 90 e após a adesão de Portugal à União Europeia, surgem novos impulsos políticos externos, baseados no desenvolvimento de Programas Europeus, como é o caso do Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, que reforçam no País a necessidade de um maior desenvolvimento do trabalho em rede, que embora ainda de um modo “informal”, deu origem às ideias que consubstanciaram mais tarde, a base do trabalho da Rede Social: planeamento participado, trabalho em parceira, conjugação da Administração Pública Central com o Poder Local e a ligação com as Instituições de âmbito social e de cariz voluntário.

Assim, de modo induzido pela agenda globalmente estruturada (Dale, 2004), reforçaram-se as políticas de carácter social territorializadas, cujas bases assentam em estruturas participadas de carácter local, que se pretendem disseminadas pelo território, destacando-se os Projetos de Luta Contra a Pobreza, o Rendimento Mínimo Garantido (redenominado Rendimento Social de Inserção em 2003), as Comissões de Proteção de Menores (redenominada Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – CPCJ’s em 1999), o Programa de Erradicação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), o Mercado Social de Emprego, o Programa Rede Social, o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI).

Assiste-se ao desenvolvimento de políticas de ação, por períodos de experimentação (projetos piloto) e à medida que se constatava a existência de condições para a criação dessas estruturas participadas de carácter local, expandiam-se as respostas.

No fundo e de acordo com Baltazar (2004b, p.22), surgem instrumento que de forma planeada contribuem para “a coesão social mediante a possibilidade de integração dos indivíduos em contexto de pobreza e/ou exclusão social com todos os que não se encontram nessa situação, com vista à persecução de uma cada vez maior qualidade de vida”.

No campo das políticas sociais, este desenvolvimento foi antecedido pela criação de um novo modelo de relação entre Estado Central, Poder Local e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), que evoluiu da relação um-a-um, que se evidenciava anteriormente, para a criação de uma estrutura de concertação da ação social, reunindo o Estado Central, os Municípios, Freguesias, Misericórdias, IPSS's e Mutualidades. É neste sentido que a noção de “rede social” ganha corpo, no contexto de desenvolvimento de novas políticas sociais, que para além de serem participadas, apresentam características inovadoras, à época, ao nível da execução (função de *delivery*) e do desenvolvimento de conteúdos e planeamento (função de *policy*).

Em 1997, através de uma Resolução de Conselho de Ministros¹⁶ é apresentada a carta de princípios para as novas políticas sociais, onde o foco da rede é a ação social, sustentada por uma metodologia participada e cujo objetivo passa por construir plataformas comuns de ação.

Em 2002, através de Despacho Normativo¹⁷, é criado não só um programa de apoio à implementação do Programa Rede Social, mas é também definido um modelo de funcionamento da rede. O foco muda da ação social para a planificação estratégica da intervenção social local e amplia-se a concertação na erradicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento social, ou seja, reforça-se o planeamento e a execução de políticas públicas participadas. A Rede Social é desta forma direcionada para o universo de entidades públicas e privadas (sem fins lucrativos), que partilham objetivos e preocupações sociais à escala dos respetivos territórios, de dimensão concelhia e supra-concelhia. A estratégia de intervenção da Rede Social passa essencialmente por estimular e acompanhar os atores sociais locais, na sua atuação em parceria alargada, tendo como finalidade o desenvolvimento social e o combate à pobreza e à exclusão social (Godinho & Henriques, 2012).

Segundo Capucha (2005), muitas destas políticas sociais, exigem novas formas de organização e pressupõem a implicação de diversos atores, tais como as autarquias, mas também as entidades, com atuação em diversos domínios, como é o caso das IPSS's, associações locais e outras organizações com preocupações semelhantes. Das palavras do autor, retiramos o que se poderá designar por sociedade civil organizada, implicando a concepção de um novo *welfare mix*.

¹⁶ Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de novembro- Procedo ao reconhecimento público da denominada "rede social", http://www4.seg-social.pt/documents/10152/100624/RES_197_1997, consultado em setembro de 2015.

¹⁷ Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro - Regulamenta o programa de apoio à implementação da Rede Social, criado a partir da Resolução do Conselho de Ministros n.º197/97, de 18 de novembro, http://www4.seg-social.pt/documents/10152/101064/DESP_NORM_8_2002, consultado em setembro de 2015.

Em 2006¹⁸, o foco da Rede continua a ser a planificação social local, mas passa a existir uma maior preocupação nos procedimentos *top-down*, na coerência entre este órgão de planeamento e os diversos instrumentos de planeamento de carácter nacional. Esta sociedade civil organizada, atua em parceria e para além de pressupor um novo modelo de organização e partilha de responsabilidades, objetivos e estratégias de atuação, subentende um conjunto de mudanças ao nível dos conteúdos.

Assim, surge de forma intimamente associada, quer à temática dos direitos sociais, quer a novas perspetivas de orientação no sentido da inclusão social de grupos, pessoas e comunidades vulneráveis ao risco de exclusão social.

A Rede Social é hoje a maior estrutura participada de carácter social do País, muito se devendo ao empenho dos agentes sociais envolvidos. Mas importa referir que a Rede foi criada num momento em que a Administração Central pretendia ao nível das políticas lançar algumas inovações, através da experimentação de novos conceitos e metodologias de aplicação nas políticas públicas. O foco passou a estar na planificação estratégica da intervenção social, especificamente local, em estreita ligação às prioridades globais. Desta forma criaram-se múltiplas estruturas de parceria, generalizadas a todo o País, dando corpo às denominadas novas políticas sociais, que salvaguardam as relações entre Administração Central, Autarquias e Setor Social.

Uma década e meia volvida sobre a criação da Rede Social, algumas estruturas de parceria apareceram, outras floresceram (NLI e as CPCJ) (Godinho & Henriques, 2012).

À luz da atual situação económica do País e da crescente escassez de recursos públicos, prevê-se que os instrumentos de política social, venham a desempenhar um papel ainda mais fulcral na política de coesão nacional, tendo em vista a concretização dos objetivos da Estratégia Europa 2020.

7. A Intervenção Social em Parceria – Rede Social de Silves

A prática profissional só deixará de ser repetitiva, pragmática, empiricista se os/(as) profissionais souberem vincular as intervenções no quotidiano a um processo de construção e desconstrução permanente de categorias que permitam a crítica e a autocrítica do conhecimento.

¹⁸ Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho - Regulamenta o programa Rede Social., http://www4.seg-social.pt/documents/10152/17519/DL_115_2006, em setembro de 2015.

A prática crítica não se reduz à mera aplicação do conhecimento que vem de fora dela, mas ela própria gera a necessidade de reformulação do conhecimento, e em cada situação, é preciso uma hermenêutica, uma interpretação que alie os sentidos que se dão à prática, à análise das condições em que esta se realiza. (Faleiros, 2002, p.72)

Quando hoje se fala de Política Social é inevitável a discussão que gira em torno da Globalização, que influencia todas as políticas estatais e não estatais de Bem-Estar Social, desde a segurança social à saúde, educação e habitação, redes de segurança, direitos económicos, campanhas de luta contra a pobreza, entre outras.

Mas nem sempre foi este o paradigma dominante. Entre os anos 60 e 70 várias foram as políticas governamentais que conduziram na década de 80 à promoção do desenvolvimento social, baseando-se na descentralização do Estado, nas interdependências entre os governos e atores sociais. Foi precisamente em 1976, com a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa e com as primeiras eleições autárquicas, que várias competências passaram da Administração Central para os Municípios, com vista à melhoria das condições de atuação, uma vez que até então as Autarquias, no âmbito da intervenção territorial não tinham qualquer participação no domínio das Políticas Sociais (Branco, 1998). Perante “um sistema em que as injustiças e desigualdades rompem quotidianamente uma frágil construção teórica de universalidade” (Campos, 1990 citado em Branco, 1998, p.73), foi dada a competência aos autarcas para desenhar o estatuto autárquico na área social e responder dessa forma no âmbito das políticas sociais.

Em pleno século XXI e dadas as dinâmicas de mudança, desafios, ameaças e oportunidades que se colocam, a política social é uma questão pluriescalar (supranacional, nacional e local) (Barros, 2013a; 2013b) e garantir o bem-estar da sociedade significa a garantia dos direitos sociais, colocados em prática pela existência de um conjunto de instrumentos, que visam a integração/inclusão social de todos, através das parcerias locais, com vista ao desenvolvimento social e ao combate de várias problemáticas.

Uma parceria é um processo de construção de relações entre entidades, que expressam a sua vontade, disponibilidade e empenho para encetar transformações, na forma de atuação ao nível da intervenção social. No fundo pode entender-se como processo social em que uma pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social se assume como recurso social a outra pessoa, grupo ou comunidade, com o fim máximo de suprir necessidades sociais.

Segundo Wolff (2001)¹⁹, há critérios que devem ser considerados para que um processo social possa ser entendido como uma parceria, ou seja, é essencial que na composição estejam presentes membros da comunidade, o foco é dado às questões locais e aos recursos comunitários existentes e por último importa a resolução dos problemas através de processos de colaboração, devendo todo este processo incidir num trabalho colaborativo, de partilha de recursos, visando alcançar benefícios comuns. Mas para que a intervenção de uma parceria seja eficaz é essencial a intersectorialidade e a aplicação de metodologias participativas e promotoras de *empowerment*²⁰. De acordo com o mesmo autor, existem quatro estratégias facilitadoras do bom desempenho de uma parceria, verificados no trabalho desenvolvido no âmbito da Rede Social de um modo geral e aplicando-se concretamente à realidade de Silves: o trabalho em Rede implica troca de informação para benefício mútuo; a coordenação que não será mais que a partilha de recursos e a vontade de aumentar a capacidade dos parceiros para benefícios mútuos e propósitos comuns; a cooperação, que implica a construção de acordos com vista à obtenção de maiores benefícios decorrentes da ação mútua e a colaboração, ou seja, a partilha de recursos para uma melhor resposta dos parceiros.

A filosofia da base da Rede Social tem em vista apoiar-se nos valores associados às dinâmicas de solidariedade social que sempre estiveram presentes em Portugal, nomeadamente nas redes de ajuda familiar, nas relações de vizinhança, na vida profissional, na vida desportiva e cultural e ainda na profunda tradição de associativismo em Portugal. (Baltazar, 2004a, p.13)

As parcerias são um veículo privilegiado para a construção e implementação de intervenções preventivas, que mobilizam os diversos setores da comunidade e permitem a troca de conhecimentos e experiências, a par da articulação na resolução/minimização dos problemas sociais. O principal objetivo das parcerias é aumentar a proteção e garantia dos direitos sociais, através da melhoria das respostas sociais, mas embora as mais valias, também existem obstáculos, isto porque os parceiros estão dispersos no território, têm características e interesses distintos, o que em determinadas situações pode originar uma menor participação ao nível da Rede Social. Para além disso, ainda existe uma fraca tradição cultural no relacionamento inter-institucional, as organizações conhecem-se pouco e a lógica de ação é

¹⁹ Wolff, T. (2001). *Community Coalition Building – Contemporary Practice and Research: Introduction*. American Journal of Community Psychology, 29(2), pp. 165-192.

²⁰ *Empowerment* ou Empoderamento Social, sinónimo de emancipação social (Baquero, 2012).

por vezes diferente, ou seja, o modo como se organizam e coordenam o desenvolvimento de uma ação coletiva (Barroso, 2006). Ainda nesta matéria, Sarmiento (2000) refere que as lógicas de ação são consideradas como resultados de valores, crenças, representações sociais, conceitos e ideias da ação, dos atores com os sujeitos.

Embora uma das vantagens dos processos de parceria seja a interdisciplinaridade e a presença de profissionais de diferentes áreas de ação, as diferenças na formação podem representar um obstáculo, traduzido em pontos de vista divergentes, que podem causar interferências no processo de comunicação.

Um outro obstáculo que em muito condiciona o desenvolvimento pleno de uma parceria é a frequente mudança dos profissionais, facto que se deve a fatores económicos, que impedem as entidades de manter esses mesmos profissionais, mas também pela sobrecarga de trabalho a que muitos desses profissionais estão sujeitos, dada a necessidade de recursos humanos com perfil para intervenção no âmbito social, em muitas das entidades.

A falta de tradição de participação no processo de planeamento, é outro constrangimento e por isso mesmo, a intervenção ao nível da rede não é sentida como prioritária para muitas entidades, uma vez que os resultados desta articulação nem sempre são imediatos, tal como muitos pretendem, desvalorizando-se o planeamento agregador, de vontades e expectativas coletivas, destinado ao desenvolvimento social local de um território.

O desacreditar nas ações, a falta de conhecimento das mesmas e a precarização técnica, gera precarização de todo um trabalho em parceria, facto que se reflete na confiança e conhecimento de quem efetivamente está envolvido e conhece todo o processo.

A Rede Social de Silves, à semelhança de todas as outras Redes do País, tem como interlocutora na implementação do Programa, a Segurança Social, ficando a coordenação a cargo dos Municípios, sendo que no caso de Silves é privilegiada a interação entre os vários atores sociais do Concelho, que prestam respostas sociais na comunidade, ao nível da capacitação da população e na promoção do desenvolvimento social local, sendo privilegiadas as intervenções que visam uma atuação preventiva nas situações sociais.

O desenvolvimento das políticas sociais municipais assume uma importância decisiva ao nível das solidariedades de proximidade (família e redes de vizinhança), sendo o conceito de parceria assumido como a intervenção em articulação num determinado contexto social.

Ao nível nacional, bem como ao nível supra-nacional, consequência da existência de uma “agenda globalmente estruturada” (Dale, 2004) no âmbito da governação, entendida como

uma nova forma de atuação do Estado que se descentraliza e despolitiza, evidenciam-se redes que se interrelacionam ao nível local, nacional e global (Barros, 2010, p.25). O peso das intervenções em parceria é cada vez maior, envolvendo consórcios e sinergias, com o objetivo de colocar as entidades em comunicação, em partilha de experiências e na replicação de boas práticas.

O argumento central dos institucionalistas mundiais é que as instituições do estado-nação, e o próprio estado, devem ser vistos como sendo essencialmente moldados a um nível supranacional através de uma ideologia do mundo dominante (ou Ocidente), e não como criações nacionais autónomas e únicas. Sob esta perspetiva, os estados têm a sua actividade e as suas políticas moldadas por normas e cultura universais. (Dale, 2004, p. 426)

Depois de efetuado o enquadramento, base teórica que fundamenta uma aproximação à investigação-ação, importa então apresentar o contexto de atuação, ou seja, a atividade profissional desenvolvida e que definiu a temática do presente Relatório de Atividade Profissional.

PARTE II – ATIVIDADE PROFISSIONAL DESENVOLVIDA

Apresentados os conceitos teóricos que alicerçam a temática escolhida no presente Relatório, este é o momento para abordar a minha experiência profissional, a ligação do Serviço Social e da Educação Social, bem como para apresentar as minhas motivações para o balanço de competências adquiridas.

1.Experiência Profissional

Quando analisamos a intervenção de um Técnico Superior de Serviço Social, comumente conhecido por Assistente Social, independentemente da área em que o mesmo possa atuar, a base da mesma é a capacitação e autonomização dos indivíduos, o *empowerment*, que muito se deve ao trabalho conjunto promovido no âmbito da intervenção social.

Quando terminei a minha formação académica, em 2002, duas áreas se destacavam para uma possível integração profissional: a área das crianças e jovens (trabalhada durante dois anos de estágio curricular) e o trabalho com idosos (explorado na investigação final do curso).

O poder local não foi uma área na qual tenha investido durante a formação académica, por considerar que não seria de fácil acesso, no que toca à integração laboral. Sem qualquer experiência no foco de atuação de uma Autarquia, em Março de 2003, iniciei funções no Setor de Ação Social da Câmara Municipal de Silves, enquanto estagiária, tendo feito a aproximação à prática profissional, da minha formação.

Sem dúvida que esta é uma vertente de intervenção muito abrangente, de especial relevo no trabalho de proximidade à população e no combate à pobreza e exclusão social, onde é possível trabalhar ao nível da integração no mercado de trabalho/mercado social de emprego, da promoção do envelhecimento ativo, do apoio à população imigrante, bem como às minorias étnicas, do apoio à população deficiente ou com problemas de mobilidade, do apoio às camadas economicamente desfavorecidas (famílias e crianças), entre outras.

Tendo como referência a reflexão de Stoer e Magalhães (2005), existem cinco lugares onde o impacto da inclusão/exclusão social é mais visível – corpo, trabalho, cidadania, identidade e o território, normalmente ligados a determinados contextos (à família, à escola, ao bairro, entre outros aspetos), trabalhados na minha prática profissional diária. O Poder Local exerce a proximidade necessária à população e o desafio é agarrar novas competências, ao nível da

saúde, segurança social, educação²¹, através da dinamização de programas e projetos locais acessíveis a todos que possam minimizar (ou até mesmo resolver) os problemas sociais identificados no território.

Sem dúvida que esta área de atuação moldou o que sou presentemente, enquanto Técnica, permitindo-me demonstrar fundamentadamente aos Executivos, de diferentes ideologias políticas, o quão fulcral é o trabalho social, dirigido ao Bem-Estar da população e de um Concelho, materializado nos vários programas e projetos dinamizados em que participei (Projeto de Luta Contra a Pobreza, Programa Escolhas, Programa Rede Social, entre outros).

No ano de 2003 e no decorrer dos nove meses de estágio profissional o trabalho que desenvolvi foi essencialmente na área da Habitação Social, o que me permitiu conhecer o território de Silves, segundo maior Concelho do Algarve, com 680 Km², em área e identificar no território os seus pontos fortes, a qualidade de vida, a facilidade no acesso aos serviços, a localização face a outros centros urbanos, o trabalho desenvolvido em articulação, o conhecimento de várias realidades (serra, barrocal e litoral) e as fragilidades sociais, destacando-se a sazonalidade e todas as consequências que a mesma acarreta, sobretudo nas Freguesias do litoral (precariedade ao nível do emprego, dificuldades habitacionais e por consequência dificuldades socio-económicas) e a desertificação e envelhecimento das zonas serranas, com uma acentuada perda de tecido demográfico. Ambas as fragilidades se refletem nas características sociais do Concelho, mas evidenciando a sazonalidade, é possível identificar problemas, de entre os quais a instabilidade económica de muitos agregados familiares residentes no mesmo, que necessitam de recorrer ao apoio da Autarquia ao nível da habitação social, ou seja, uma habitação cujos valores de renda aplicados são calculados de acordo com os rendimentos e composição do agregado familiar e por isso mesmo mais acessíveis, comparativamente aos valores praticados no mercado formal de arrendamento.

Neste período a minha intervenção consistiu basicamente em atualizar todos os pedidos habitacionais e trabalhar numa candidatura para financiamento, através do Instituto Nacional de Habitação (INH), ao Programa Especial de Realojamento (PER)²² para construção de habitação social, destinada ao realojamento de famílias residentes em barracas ou casas degradadas, recenseadas no Concelho, tratando-se de uma possibilidade excepcional dada ao Município de Silves, mediante apresentação de candidatura e respetivo diagnóstico de

²¹ D.L. n.º 30/2015 de 12 de Fevereiro - Estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais.

²² Regulamentação plasmada no DL 163/93 de 7 de Maio – Acedida em Setembro de 2015.
<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1993/05/106a00/23802383.PDF>

necessidades. No entanto e após a realização do Diagnóstico, verificámos que a exigência do Programa, no que toca aos critérios, era bastante condicionadora, o número de situações passíveis de serem enquadradas no PER não tinha expressão (face às exigências do INH). Face ao exposto, o Município entendeu que não estavam reunidas as condições necessárias para o pedido de apoio, tendo optado por não avançar com a candidatura, dado os elevados encargos financeiros associados à concretização da reposta, direcionada à população com uma situação habitacional precária. Porém, o Diagnóstico foi essencial para conhecer a realidade e as necessidades habitacionais concelhias, permitindo a cada pedido habitacional a atualização automática do número e características dos agregados familiares, que aguardam por resposta e ao mesmo tempo avaliar diversas situações sociais, de acordo com um conjunto de critérios (motivo do pedido de habitação, condições da habitação, índice de ocupação da habitação, tipo de família, existência de deficiência em idade ativa, escalões de rendimentos per capita em funções do Indexante dos Apoios Sociais – IAS, acompanhamento e avaliação dos serviços locais), para eventual atribuição de habitação social disponível.

Enquanto Assistente Social, esta é no meu entender a área onde o trabalho desenvolvido colhe menos frutos, dada a dificuldade em prestar uma resposta, mas também e pelo facto da finalidade da resposta ao nível habitacional, constantemente ser colocada em causa, quer pelos arrendatários, que assumem este apoio como definitivo e não temporário, mas também pela própria Autarquia, que muitas vezes é complacente na aplicação da lei, junto desses arrendatários.

Passado o período de estágio, fui integrada na Câmara Municipal (2004) e para além de continuar a trabalhar na área da Habitação Social, iniciei a minha intervenção de forma mais consistente, no âmbito da Ação Social, ou seja, grande parte das situações sinalizadas ao Setor com necessidade de apoio social passaram a ser analisadas por mim. Nesta fase inicia-se também a aproximação ao trabalho em parceria, porque, e não obstante a dimensão do Concelho, ao nível técnico os recursos humanos são parcos e a maioria das situações carece de uma intervenção conjunta, assumindo-se, por isso, o princípio da otimização de recursos, nas intervenções desenvolvidas. Na prática sempre que uma situação social é sinalizada aos Serviços Sociais do Município é efetuada uma avaliação domiciliária, desenvolvida sempre e em conjunto com a Técnica do Serviço Local de Ação Social da Segurança Social de Silves e/ou com a Técnica de Serviço Social do Centro de Saúde de Silves e mediante as situações poderão ser envolvidos os Presidentes das Freguesias/ Uniões de Freguesia, ou os Técnicos da

comunidade, que melhor conhecem as situações, isto para que ocorra celeridade nos procedimentos de resposta às situações reportadas. Assim, todas as entidades envolvidas ficam a par da situação e no âmbito das suas competências, intervêm de acordo com as normas/regulamentos internos. Resolvida uma situação, o processo é arquivado e pontualmente a mesma é controlada pela entidade mais próxima da situação.

A par desta intervenção, iniciei também o acompanhamento e dinamização do Programa Rede Social em Silves. Esta área, no meu ponto de vista, se devidamente dirigida/trabalhada, tem um enorme potencial em qualquer Concelho onde seja implementada, quer para as entidades, quer para a comunidade. Mas o entendimento das mais valias deste programa, de âmbito nacional, ainda hoje, passados treze anos da sua implementação, não foi totalmente assimilado. Em Silves, a Rede Social surgiu em 2002 e à semelhança do que aconteceu em todo País, visou incentivar os diferentes organismos do Setor Público, (serviços descentrados e autarquias locais), instituições de solidariedade social e outras entidades com intervenção na área social, a conjugar esforços de forma a prevenir, atenuar ou até mesmo erradicar fenómenos com origem na pobreza e exclusão social, promovendo dessa forma o desenvolvimento social local, através do trabalho em parceria, intervenção que segundo fui constatando, responsabilizou e mobilizou a sociedade. Na prática, o pretendido era, através dos recursos existentes e disponíveis no território, encontrar respostas para as situações, a nível habitacional - melhoria do conforto habitacional, alimentar, de vestuário, de integração em respostas sociais, entre outras.

Ora, o poder local é um poder mobilizador da sociedade civil, que perspetiva uma ação para a inclusão (Amaro, 1993) e por isso mesmo este tipo de Programa, pretende que se pense de forma global e atue localmente, em parceria. Com a intervenção continuada nesta área começo a entender o princípio base em que assenta o trabalho em parceria, ou seja, é essencial congregar esforços e rentabilizar recursos e enquanto Técnica do Município, responsável por envolver as entidades, foi essencial, mas nem sempre fácil, desenhar caminhos desbloqueadores por forma a conseguir que em conjunto fosse possível construir os instrumentos de planeamento social local, nomeadamente, os Diagnósticos Sociais²³ (retrato

²³ Diagnóstico Social 2011- Acedido em setembro de 2015

http://cms.cm-silves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2015/REDE%20SOCIAL/diagnostico2011.pdf,

social do Concelho), os Planos de Desenvolvimento Social²⁴ (estratégias de intervenção social para o Concelho), os Planos de Ação²⁵ (ações e iniciativas que respondem ao identificado no DS e PDS) e respetivos regulamentos de apoio²⁶.

Os caminhos foram trilhados, mas pessoalmente sentia uma enorme necessidade de conhecer melhor a realidade do Concelho, de ter outras experiências ao nível da intervenção em parceria, para além da Rede Social, por forma a crescer na área. Por outras palavras, senti necessidade de me distanciar desta intervenção e adquirir outros conhecimentos.

A verdade é que este Programa visa uma intervenção acima de tudo social e dada a complexidade e entrosamento das questões, a intervenção só faz sentido se efetivamente for desenvolvida com as várias entidades em atuação no terreno.

Assim, penso que o meu maior crescimento ao nível profissional e ao nível do entendimento do “verdadeiro” trabalho em parceria, ocorreu quando efetivamente integrei, enquanto representante do Município, o Núcleo Local de Inserção (NLI), do Rendimento Social de Inserção (RSI)²⁷.

O NLI é uma estrutura operativa de composição plurisetorial (Segurança Social, Município, Educação, Emprego e Saúde), que visa assegurar o desenvolvimento da medida, junto dos agregados familiares através da definição de apoios adaptados, contribuindo para a satisfação das necessidades essenciais e favorecendo a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

A intervenção das entidades tem como princípio base a intervenção mínima, ou seja, é necessário rentabilizar meios para responder a situações comuns. Neste sentido, sinto algum privilégio, de num Concelho com a dimensão de Silves, trabalhar em estreita articulação com

²⁴ Plano de Desenvolvimento Social 2011-2015 - Acedido em setembro de 2015

http://cms.cm-silves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2015/REDE%20SOCIAL/pds_2011.pdf,

²⁵ Plano de Ação 2015 - Acedido em setembro de 2015

http://cms.cm-silves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2015/REDE%20SOCIAL/plano2015.pdf,

²⁶ Regulamento de Emissão de Pareceres Sociais - Acedido em setembro de 2015

http://cms.cm-silves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2015/REDE%20SOCIAL/REGULpareceres.pdf

²⁷ DL n.º 42/2006 de 23 de fevereiro - Altera o Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de novembro, que regulamenta a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, nos termos da qual foi criado o rendimento social de inserção- http://www4.seg-social.pt/documents/10152/17519/DL_42_2006. Lei n.º 13/2003 de 21 de maio - Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho, e cria o rendimento social de inserção- http://www4.seg-social.pt/documents/10152/34274/L_13_2003. Despacho n.º 1810/2004 de 27 de Janeiro - Constituição, organização e composição dos NLI –

http://cms.cm-silves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2015/RSI/despacho%201810_2004.pdf,

Acedido em setembro de 2015.

os Técnicos das várias entidades locais, destacando a Segurança Social e a Saúde, com quem tenho apreendido, nas várias intervenções desenvolvidas, os limites de atuação de um Assistente Social.

Entre 2006 e 2012, integrei uma parceria formal, onde se evidencia o trabalho em estreita articulação, tendo como objetivo o superior interesse das crianças e jovens - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Silves²⁸. Entre Janeiro de 2006 e Maio de 2007 a minha atuação foi direcionada à vertente restrita, ou seja, no acompanhamento de situações, crianças/jovens e agregados familiares. De um modo geral a intervenção numa CPCJ é muito exigente e complexa, estamos perante problemas que afetam crianças/jovens e as suas famílias, independentemente das condições financeiras dos agregados, ou dos problemas, que originam um acompanhamento. Se efetivamente o trabalho desenvolvido estiver devidamente articulado e se existir cooperação, de todas as partes, da experiência que tenho, esta é a área onde mais facilmente se verificam os resultados da nossa intervenção.

De Maio de 2007 a Janeiro de 2012, passei a intervir numa vertente alargada da CPCJ, ou seja, a atuação, essencialmente, era ao nível da prevenção do risco/perigo, através do desenvolvimento de iniciativas de divulgação do trabalho, com vista à informação/formação da comunidade, ajudando a desmistificar o que por norma é a representação social predominante da intervenção da CPCJ: retirar crianças dos pais. Este é o último passo, da intervenção de uma CPCJ, que só ocorre quando efetivamente o superior interesse de uma criança não está acautelado, quando os direitos não são efetivados e quando estão esgotadas todas as hipóteses na vida de uma criança/jovem. A institucionalização é em muitos casos a efetiva segunda oportunidade para que uma criança e/ou jovem, possa estudar, dispor de um teto e onde as condições básicas sejam asseguradas. E a este nível acompanhei algumas situações. Foi nesta altura que senti efetivamente o peso da importância do trabalho em parceria, numa comunidade.

Posto isto, interessa clarificar que a intervenção ao nível da Ação Social/Habitação, da Rede Social, Núcleo Local de Inserção e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ocorreu faseadamente, mas em períodos simultâneos. Este facto permitiu-me entender as necessidades de articulação e as dificuldades de intervenção existentes, sempre que a parceria não se encontrava a funcionar em pleno. A minha presença enquanto representante da Autarquia nestes vários núcleos, fez com que compreendesse que embora existam grupos formalmente

²⁸ Lei de proteção de crianças e jovens em perigo – Lei nº 147/99 de 1 de setembro. Acedida em setembro de 2015.

constituídos para responder a determinadas áreas (rendimento social de inserção, crianças e jovens, entre outras), nem sempre todas as áreas estão cobertas, existem entidades que também atuam no território, com metodologias distintas e o facto de não se encontrarem integradas numa parceria formal, por vezes gera desvios nas intervenções delineadas para uma determinada situação. O que verifiquei na altura foi que existiam famílias acompanhadas de forma distinta, pelos vários grupos formais, sem que fosse implementada uma atuação efetiva em parceria, ou seja, nem sempre as entidades articulavam as intervenções, ocorrendo em muitos casos um desperdício de tempo pelos recursos humanos envolvidos, mas também logísticos, perante uma mesma situação, sendo posto em causa o princípio da intervenção mínima²⁹ - otimização e rentabilização de recursos, evitando-se atuações excessivas ou sobrepostas, junto de agregados com quem se trabalha a autonomização e que estiveram sujeitos a processos de mudanças nos rumos das suas vidas por perdas familiares, por perdas de emprego, habitação, entre outras.

Através da Rede Social, estrutura “mãe” da parceria, onde têm assento todas as entidades com intervenção de âmbito social (sobretudo as IPSS’s com respostas ao nível alimentar, vestuário e competências parentais), foram criados mecanismos para que algumas das entidades que se encontravam no território e que atuavam de um modo mais isolado, integrassem formalmente um Grupo de Intervenção e Ação (GIA), que não foi mais que um espaço para partilha de informações sobre a atuação em determinadas situações sociais, de um modo pontual, criando-se assim as necessárias sinergias para uma intervenção de sucesso, com vista à autonomização, o que chegou a ocorrer com alguns agregados familiares.

De há cerca de cinco anos a esta parte, o trabalho em parceria tem vindo a ganhar terreno, muito se devendo aos esforços das entidades locais mas também, e sobretudo, devido às diretrizes da Administração Central, isto porque os recursos e financiamentos são cada vez menores, e pela força da ausência do dinheiro, resultado da crise financeira que se instalou ao nível Europeu, os esforços públicos são cada vez maiores e por isso mesmo são cada vez mais valorizadas as intervenções, projetos e respostas dinamizadas em parceria, que visem a coesão de um território.

²⁹ Mais conhecido na intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, adaptado a toda a intervenção social e que consiste numa intervenção que deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja a ação seja indispensável a uma determinada situação-problema.

Na região, instituídas desde 2006, encontram-se as Plataformas Supraconcelhias³⁰, que têm como objetivo reforçar a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, centrando a discussão e concertação em torno dos diagnósticos sociais e das problemáticas identificadas pelos Conselhos Locais de Ação Social³¹ e cada vez mais através dos seus Planos de Desenvolvimento Social, reforça-se o somatório das forças de cada Rede Social implementadas no território.

No período 2014-2020³², as políticas públicas nacionais assentam em pressupostos de desenvolvimento sustentável, assumidos como condição base e transversal para uma economia mais competitiva, mas também social e solidária (passe a contradição), sendo reforçada a aposta no uso mais eficiente dos recursos, no fomento do emprego e na inclusão social. Será necessário garantir que a utilização dos recursos e fundos comunitários, permita alcançar os objetivos propostos e nesse sentido a articulação das intervenções que venham a ser apoiadas, através do Programa Operacional Regional, dos programas operacionais temáticos e das diversas iniciativas comunitárias, será obrigatória.

De todo o trabalho e experiências profissionais vividas, destaco como ponto forte na minha intervenção, a preocupação por privilegiar a intervenção intersetorial, bem como a proximidade com todas as entidades/Técnicos do Concelho, que dinamizam as respostas sociais existentes e que trabalham em prol do desenvolvimento social do mesmo.

Quando se aborda qualquer tema na área social, frequentemente surgem ameaças ao sucesso da intervenção nesta área. Por isso, em todo o percurso desenvolvido destaco a força do “Nós”, do trabalho em equipas multidisciplinares, que tenho acompanhado e que me têm acompanhado, pois só através deste tipo de intervenção se evidencia o sucesso do trabalho em prol da transformação social, e por consequência a satisfação da comunidade.

Recorrendo a Freire (1970) uma cultura letrada, aprende a ler e escrever, mas a intenção última com que o faz vai além da alfabetização, que não é mais que educação e aprendizagem permanente.

³⁰ Artigo 32º do Decreto-Lei 115/2006, de 14 de junho.

³¹ Ao nível supraconcelhio, foram implementadas plataformas territoriais com base nas 28 NUT III, de acordo com o Decreto Lei n.º 68/2008, de 14 de abril (com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 85/2009, de 3 de abril e pela Lei n.º 21/2010, de 23 de agosto).

³² Programa operacional regional do Algarve 2014-2020 - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo Social Europeu no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego para a região do Algarve em Portugal. <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/programas-operacionais-portugal-2020-2>

Assim, é com a intervenção social e o trabalho em parceria, e pelo envolvimento e responsabilização dos atores sociais que é possível trabalhar a mudança, quer seja ao nível técnico (procedimentos na intervenção), quer seja ao nível da atuação das entidades (respostas prestadas), quer mesmo no que toca ao envolvimento da comunidade, sendo possível colocar em prática uma efetiva cidadania social.

2. Serviço Social e Educação Social: Intervir na Construção da Cidadania

Tratando-se este de um Relatório de Atividade Profissional, cuja reflexão crítica recai na minha experiência profissional enquanto Técnica de Serviço Social e destinando-se o mesmo ao reconhecimento de competências para obtenção do grau de Mestre em Educação Social, importa estabelecer a ponte entre as duas áreas profissionais. Duas áreas que se complementam e que coexistem, no âmbito da intervenção social.

Assim e num primeiro nível de abordagem, sustentado através de uma simples busca de informação disponível na *internet* (*Google*), sobre o que são estas profissões/ áreas de intervenção é possível recolher as seguintes definições, ou entendimentos sobre os conceitos:

O **Serviço Social** é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social.³³

O termo **Educação Social** é difícil de definir, de momento não existe concordância acerca da delimitação deste conceito e da sua área de intervenção específica. Em todo o caso o adjectivo (social) que acompanha o substantivo (educação) indica que se trata de um tipo de educação...Para Trilla (1996), existem três possíveis definições: A Educação Social como uma educação que tem como objetivo o desenvolvimento social do indivíduo; A Educação Social como uma educação que tem como

³³ Informação em <http://www.apross.pt/profissao/defini%C3%A7%C3%A3o/>, acedida em setembro de 2015.

destinatários os indivíduos que se encontram em risco social; A Educação Social como uma educação não formal.³⁴

Quer o Assistente Social³⁵, quer o Educador Social³⁶, recorrendo aos seus Códigos Deontológicos, desenvolvem as suas intervenções no âmbito do trabalho social, e embora as raízes possam ser ligeiramente diferentes a intervenção conflui para um mesmo palco de atuação, o agir e o fazer, numa sociedade que não é igual para todos.

Assim, por um lado a profissão de Assistente Social foi a primeira a ser institucionalizada e regulamentada, no âmbito das intervenções ao nível social, com o início da primeira Escola de Serviço Social em Portugal, em 1935. Mas foi entre 1968 e 1982 que o trabalho social mais cresceu, na chamada idade de ouro do trabalho social (Chopart, 2003).

Pelas mudanças ocorridas na sociedade da modernidade tardia, foi necessário o desenvolvimento de novas práticas de ação social e, por isso mesmo, a necessidade de profissionais com ferramentas de intervenção diversificadas no âmbito das áreas educativas e sociais. Isto porque, quando se faz uma reflexão mais profunda sobre os conceitos de educação e social, entende-se que o entrosamento é muito forte e que a educação ultrapassa a Instituição Escola, que é talvez “a mais importante instituição criada pelo homem moderno, mas deve ser repensada adaptada às novas necessidade do mundo de hoje” (Romans, Petrus & Trilla, 2003, p.53). Ainda pelos mesmos autores é referido que “a educação é, além da instrução, aquisição de competências sociais, e participação social” (p.53).

Deste modo, o campo de atuação da educação social é sobretudo a educação não formal, a educação de adultos e idosos, a inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais, a inserção de pessoas deficientes e a ação socio-educativa, em prol da emancipação social.

Tendo em conta que o trabalho social privilegia a intervenção junto das pessoas, sempre em articulação com o meio que as rodeia (teoria dos sistemas³⁷), quer o Serviço Social, quer a Educação Social trabalham a mudança dos indivíduos no seu todo e dos coletivos onde estão inseridos (Capul & Lemay, 2003), residindo aqui o essencial das pontes teóricas e da atuação

³⁴ Informação em <http://educacaosocialacrescer.blogspot.pt/2010/02/o-que-e-educacao-social.html>, acedida em setembro de 2015.

³⁵ Código Deontológico do Serviço Social - http://cdn.ifsw.org/assets/Portugal_Etica.pdf, acedido em setembro de 2015.

³⁶ Código Deontológico do Educador Social - <http://educadorsocialeareasintervencao.webnode.pt/codigo-deontologico-do-educador-social/>, acedido em setembro de 2015.

³⁷ Teoria dos sistemas sociais - Niklas Luhmann (Júnior, 2013).

profissional de ambos os perfis. Isto é, os Educadores Sociais são agentes de mudança social que utilizam estratégias de intervenção educativa para conscientizar e emancipar os diferentes grupos de uma comunidade local e os Assistentes Sociais trabalham na promoção da mudança social, centrando a sua ação na resposta às necessidades das pessoas, bem como ao desenvolvimento das capacidades e competências do ser humano.

Na prática a intervenção de ambos os atores sociais não se sobrepõe, embora a área de atuação possa ser a mesma, estão por norma integrados em equipas multidisciplinares, mas o educador social direciona o seu trabalho ao grupo e à comunidade num âmbito socioeducativo, e o assistente social dirige a sua intervenção ao indivíduo e à família, visando uma maior autonomia/ capacitação. Ou seja, quer uma quer outra profissão trabalham em prol do bem-estar social, complementando-se (Baptista, 2008).

Tal como Paulo Freire (n.d., p.21) referiu é importante tornar os indivíduos autónomos, ativos e atores das suas histórias de vida “o homem é consciente e, na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade”. Portanto, indivíduo, família, comunidade coexistem num mesmo sistema, de seu nome sociedade e por isso mesmo estas são duas profissões que contribuem ativamente para a capacitação crítica, e para a mudança social em prol do aumento da justiça, da emancipação individual e coletiva e da construção da cidadania social (Barros, 2013a; 2014), cuja base são os direitos/deveres sociais. Para que a sociedade se encontre em equilíbrio é importante respeitar os direitos e deveres civis e políticos, estabelecidos na Constituição. É neste equilíbrio que é entendido o conceito de cidadania, cada vez mais em voga, mas cujas origens remontam à Grécia Antiga. Mas foi a partir dos vários processos de lutas, nomeadamente da Revolução Francesa que mais tarde, através da Organização das Nações Unidas é promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Através de todos estes processos o conceito de cidadania torna-se mais forte, sendo inevitável não falar em Thomas Humprey Marshall (1967), que identifica três etapas na construção da cidadania: o século XVIII, fase de construção do Estado Liberal, com a aquisição dos chamados direitos civis (liberdade de expressão, de pensamento, de religião, de igualdade perante a lei, de direitos de propriedade); o século XIX, fase de instituição progressiva da democracia representativa, com os chamados direitos políticos (direito de votar e de ser eleito, de participar na governação, eliminação progressiva da distinção entre cidadãos ativos e cidadãos passivos e a extensão do direito de voto a estratos cada vez mais amplos da população) e finalmente, no século XX, a institucionalização dos chamados

direitos sociais, fase em que é instaurado o chamado Estado Providência (direito às condições mínimas de instrução, de saúde, de bem-estar económico e social). Neste período há “um interesse crescente pela igualdade como um princípio de justiça social...” (Marshall, 1967, p.83).

No século XXI, e não obstante as conquistas ao longo dos séculos, resta agora, a necessidade de luta para efetivação dos direitos, referindo Bobbio (2004, p.64) que:

Não se pode por o problema dos direitos do homem abstraído-se dos dois grandes problemas de nosso tempo, que são os problemas da guerra e da miséria, do absurdo contraste entre o excesso de potência que criou as condições para uma guerra exterminadora e o excesso de impotência que condena grandes massas humanas à fome.

Através de Boaventura Sousa Santos (1997) mobilizo aqui também o conceito de “nova cidadania”, consubstanciada tanto na obrigação vertical entre os cidadãos e o Estado, como também na obrigação política horizontal entre cidadãos. Esta “nova cidadania” reforça os princípios da comunidade, igualdade, solidariedade e autonomia, entre o Estado e o Mercado e surge num campo que não é estatal, nem mercantil, mas apto a lutar e exigir do Estado as prestações sociais, reivindicando uma cidadania social, que segue os caminhos da emancipação, constituída pelos movimentos sociais e organizações sociais.

... o contrato social assenta, não numa obrigação política vertical do cidadão-Estado, como sucede no modelo liberal, mas antes numa obrigação política horizontal cidadão-cidadão na base da qual é possível fundar uma associação política participativa. E, para isso, a igualdade formal entre os cidadãos não chega, é necessária a igualdade substantiva, o que implica uma crítica da propriedade privada, como, de resto, Rousseau faz no seu *Discurso sobre a Origem das Desigualdades*. (Santos, 1997, p.237)

Contextualizada historicamente, a cidadania é como “um processo de inclusão social dentro de específicos modos de produção da vida social” (Corrêa, 2002, p.33). Por isso mesmo, enquanto direito igual deve ser reconhecido como desigual, pois ao lado do direito à igualdade também existe o direito à diferença e nesse sentido a cidadania é “uma instituição em desenvolvimento” (Marshall, 1967, p.76), sendo que na sua aceção mais ampla, cidadania é a

expressão concreta do exercício da democracia. De acordo com Figueiredo (1999), desde a Revolução Francesa (1789 - 1799) à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a noção de cidadania está intimamente ligada a conceitos como a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Para Herkenhoff (2001, p.19), a “história universal da cidadania é a história da caminhada dos seres humanos para afirmarem sua dignidade e os direitos inerentes a toda a pessoa humana” e segundo o mesmo autor e Corrêa (2002, p.210), é na luta pela implementação dos direitos, que ocorre a participação no meio social e em que o homem se faz cidadão.

Construir a cidadania é também construir novas relações e consciências. A cidadania é algo que não se aprende com os livros, mas com a convivência, na vida social e pública. É no convívio do dia-a-dia que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com os outros, com a coisa pública e o próprio meio ambiente. A cidadania deve ser perpassada por temáticas como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia, a ética.³⁸

Em síntese, a cidadania, em termos gerais, pode ser considerada como um combinado de práticas políticas, culturais e económicas (Turner, 1993)³⁹ que definem o indivíduo como cidadão, integrado numa sociedade livre, sendo-lhe possível exercer os seus direitos e obrigações inerentes a essa condição (Figueiredo, 1999). É nesse sentido que quer o Assistente Social, quer o Educador Social desenvolvem a sua intervenção, em prol da inclusão e do bem-estar social, fim último das duas atuações, que respeitam os princípios dos direitos humanos e da justiça social.

3. Motivações para um Balanço de Competências

“... vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo.” (Freire, 1970, p.41)

³⁸ O que é cidadania - http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/oque_e_cidadania.html, acedido em setembro de 2015.

³⁹ Turner, B. (1993). *Citizenship and social theory*. Londres: Sage Publications.

Ao longo da vida é necessário, por vezes, parar e fazer o balanço do que já foi feito, tendo em mente a definição de um caminho a percorrer, por isso e tal como referido por Barros (2011), desenvolvimento pessoal e aprendizagem estão intimamente ligados. Todo o processo de reforço de competências, de atualização de conhecimentos e de aposta numa formação avançada, tem por detrás uma motivação pessoal, profissional, social, baseada num determinado percurso que tem por base as aprendizagens, adquiridas no âmbito da educação formal, não-formal e informal. A primeira desenvolve-se num modelo estruturado, organizado e tem uma intenção educativa, a segunda embora obedeça também a uma estrutura educacional é executada fora do sistema formal, resulta das experiências vividas, a última é aquela que ocorre ao longo da vida, são os valores adquiridos na família e pela socialização (Dominguez, 1995). Embora diferentes as três vertentes influenciam o processo de aprendizagem integral do ser humano, pois o entendimento é de que:

“...a educação não acaba quando se deixa a escola, na medida em que à educação cabe o papel de assegurar a viabilidade de vida em sociedade, independentemente da idade que se possui.” (Dewey (1916)⁴⁰ citado em Barros, 2011, p.35)

Se ao que foi dito se juntar, tendo por referência Debesse e Mialaret (Teodoro, 1994), o facto de que a palavra educação provém do latim e tem uma dupla origem: *educare*, que significa alimentar e *educere*, que significa conduzir para um determinado caminho, então e, por isso mesmo, temos a convicção de que o processo de aprendizagem acontece ao longo da vida, mediante os contextos onde os indivíduos estão integrados, quer sejam ao nível profissional, familiar, social, ou outros e é através da auto-reflexividade crítica que se desenvolvem novos saberes (saber, saber-fazer, saber-ser), novas representações e se dá a transformação do indivíduo (Cavaco, 2002).

Deste modo, e enquanto Técnica que intervém ao nível social no Concelho de Silves, com uma atuação direcionada aos cidadãos, integrados em diversos contextos sociais, o meu desafio diário é disponibilizar-me para aprender com todas as situações, num processo de educação permanente, ao nível profissional, mas também pessoal, motor base da motivação para apostar no Mestrado de Educação Social.

⁴⁰ Dewey, J. (1916). *Education and Democracy*. [Educação e Democracia]. New York: The Free Press.

Embora considere que um profissional da área social deva ser pró-ativo, assertivo e empático, na sua atuação profissional, tornei-me uma profissional focada na mudança social das pessoas/ famílias com quem trabalho, mas também na mediação entre as mesmas e as entidades e as próprias entidades entre si, com vista a uma articulação e concertação na atuação social. Com o Mestrado tomo consciência que ao nível social é também de extrema importância trabalhar a área educacional, ou seja, reforço conhecimento no âmbito socio-educativo, isto porque a Educação social está no meio de um cruzamento entre duas áreas, a social e a educativa e o que efetivamente se pretende a este nível será trabalhar numa intervenção educacional no terreno social.

Neste sentido reforço competências ao nível do trabalho multidisciplinar, com vista a aproximar a comunidade à intervenção, desafio que me espera também ao nível da Rede Social de Silves. Na realidade e recorrendo a Georis (1992), com o Mestrado é possível realizar este pequeno estudo e entender que o mesmo já de si é uma parceria, uma mediação entre empiria e teoria, essencial a qualquer Técnico que pretende alargar os seus conhecimentos e as suas competências.

Após treze anos de intervenção considereei que era o momento de investir na minha auto-valorização, no aperfeiçoamento profissional e na estruturação de conhecimentos e o Mestrado de Educação Social foi uma porta aberta pela Universidade do Algarve, pois para além de ser uma formação complementar à minha atuação profissional, permitiu-me rever conhecimentos e adquirir um background na área de estudo. Mas todo o processo que estimula o pensamento reflexivo implica dedicação, empenho e auto-disciplina, ingredientes necessários para tirar o melhor proveito de todo o processo.

Quando após uma formação superior se integra o mercado de trabalho, o principal objetivo é que possamos realizar-nos pessoal e profissionalmente, mas nos objetivos dos serviços que integramos nem sempre existe o espaço necessário para que possamos refletir de forma consciente e consistente sobre a nossa atuação profissional.

Na intervenção social em parceria sinto que há espaço para a troca de experiências, expectativas, anseios e desafios, ente Técnicos, mas esta partilha é feita de modo informal. Por isso mesmo e pela necessidade que sentia de conhecer melhor esta temática de atuação, que sempre acompanhou a minha intervenção profissional, o Mestrado permitiu-me explorar o tema e colocar dialeticamente a teoria e a empiria, ao mesmo tempo que pessoalmente permitiu-me (re)definir algumas linhas de atuação futuras.

Embora a área da minha atuação seja vasta, ao nível da Ação Social e mais recentemente ao nível da Juventude, a temática da Intervenção Social em Parceria e da Rede Social, direta ou indiretamente, sempre me acompanhou e por vezes levantam-se questões sobre se este é o caminho, se o que estou a dinamizar e como estou a dinamizar é o mais correto, pois este tipo de atuação, metaforicamente, é como que lançar uma semente à terra, que necessita ser cuidada, acompanhada no crescimento e exige de nós paciência na espera dos resultados. No momento, e reforçada pela informação recolhida junto dos parceiros, olho para trás e consigo ver o caminho percorrido e nele o que foi mais positivo e menos positivo. O menos positivo foi, em parte, a falta de entendimento das entidades para o que todo este trabalho implica, o fechar-se em si e esperar para ver o que dali poderá sair, mas também a falha na definição de objetivos comuns, que permitissem um maior entendimento da importância da cooperação e do auto-conhecimento para a importância de cada entidade na atuação que desenvolve junto do todo, que é a comunidade.

O mais positivo foram sem dúvida as pontes estabelecidas entre as entidades, os canais de comunicação criados, o conhecimento dos rostos associados à intervenção social e a aposta do Município em afetar um Técnico ao acompanhamento das parcerias, por forma a estabelecer a ponte com todas as entidades sedeadas no Concelho. Estes aspetos são reforçados pelos parceiros envolvidos no pequeno estudo empírico realizado, que evidenciam a necessidade de aproximar as entidades que ainda continuam um pouco fechadas, nomeadamente as IPSS's, em prol de uma atuação onde se optimize tempo e recursos e é com o Mestrado que formalmente obtenho estas informações.

A intervenção social em parceria é um processo dinâmico, em contínua transformação, com tensões e contradições necessárias para a evolução e a melhoria de uma atuação, mas o importante é o estabelecimento de pontes entre as entidades, e o entendimento de que é necessário partilhar informações, pois para que um território seja o menos vulnerável possível, ao nível social, é importante a cooperação e não a competição, uma vez que todos são de extrema importância para a comunidade através das respostas sociais que prestam. A este nível poderá promover-se um trabalho mais descentralizado e que envolva todas as entidades que atuam em áreas temáticas específicas, possibilitando uma comunicação mais fluida e eficaz entre ambas.

Pessoalmente com o estudo desenvolvido considero ter reforçado os meus conhecimentos e por consequência a minha atuação, dado que por parte dos parceiros foi evidenciada a importância deste tipo de intervenção e da minha atuação, junto das várias entidades locais.

Assim, o Mestrado permitiu-me obter teórica e empiricamente o retorno para (re)estruturar a minha atuação e através deste balanço de competências considero que a sistematização de informação, proveniente dos parceiros e o olhar crítico dos mesmos sobre o formato da intervenção, permitiu-me entender de forma mais aprofundada o todo que é esta atuação. Embora considere a intervenção social em parceria de extrema importância, no início do Mestrado considerava que a temática estava um pouco desgastada, mas tinha alguma expectativa face ao que poderia constatar com a realização do presente Relatório, muito se devendo ao desconhecimento do entendimento dos parceiros relativamente à temática, mas também por sentir que pelos mesmos esta é uma área pouco valorizada. O confronto com a informação obtida, permitiu-me continuar a acreditar nesta intervenção e na forma como mediei a atuação entre as entidades, no Concelho de Silves.

Face ao exposto no presente Capítulo, onde o espaço foi destinado a apresentar a minha experiência profissional, enquanto Assistente Social, estabelecendo a ponte com a Educação Social, área do Mestrado, de acordo com o balanço de competências adquiridas, importa então avançar para a Parte III do Relatório, onde é apresentado o enquadramento do estudo desenvolvido na área da intervenção social em parceria e apresentada a metodologia utilizada no mesmo.

PARTE III – ENQUADRAMENTO E METODOLOGIA DO ESTUDO SOBRE A ATIVIDADE PROFISSIONAL

1. Objetivos do Relatório de Atividade Profissional

Iniciado que seja qualquer estudo/investigação é necessário definir o objetivo geral que nos mobiliza ao mesmo. No caso concreto do Mestrado de Educação Social e após identificar a temática a estudar no presente Relatório de Atividade Profissional, identifiquei o objetivo geral do mesmo que será potenciar a capacidade de auto-reflexividade crítica sobre a minha própria prática profissional que, pela sua natureza, implica compreender, também, qual o entendimento, por parte dos parceiros sociais da Rede Social de Silves, onde atuo, sobre o que são as parcerias e quais as mais valias da intervenção social em parceria. Trata-se de perceber melhor a relação de continuidade formativa, numa óptica de educação ao longo da vida (Barros, 2011), interligando os conhecimentos adquiridos na minha licenciatura, as atividades profissionais entretanto desempenhadas, numa lógica de parceria com outros profissionais da área social e as possibilidades que agora se abrem de construir pontes teóricas com o património do conhecimento na área da Pedagogia- Educação Social, que o Mestrado me possibilitou.

Ora, tendo já dado conta da justificativa teórica do objetivo geral, escolhido para realizar o Relatório de Atividade Profissional, conforme desenvolvi nas Partes I e II, chega o momento de explicitar agora quais foram os objetivos específicos do mesmo, que corporizam o que se apresenta nesta Parte III:

- a) Conhecer o entendimento do conceito de parceria e intervenção social dos outros atores com quem interajo profissionalmente;
- b) Identificar as percepções dos outros atores da Rede Social sobre os pontos fortes, pontos fracos, ameaças, oportunidades e mais valias da intervenção social em parceria;
- c) Conhecer a opinião dos técnicos /dirigentes das entidades, com assento no Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Silves sobre o presente e futuro da intervenção social em parceria;
- d) Efetuar um balanço pessoal de competências adquiridas, para melhor refletir sobre o próprio aperfeiçoamento da minha prática profissional e sobre o contributo que poderei dar ao trabalho em parceria, no âmbito da Rede Social de Silves.

Mudar implica alterar mentalidades, formas de estar e atuar e para que a mudança seja efetiva é necessário compreender como os indivíduos envolvidos evidenciam a sua situação, pois são eles que a vão viver (Sanches, 2005).

2. Contexto e Desenvolvimento do Relatório de Atividade Profissional

Para ser capaz de refletir de modo mais abrangente e crítico sobre a minha prática profissional, que é inerentemente relacional, optei por desenvolver um pequeno estudo junto da Rede Social de Silves, dinamizada pelo Município de Silves, que envolveu seis técnicos/dirigentes representantes de seis entidades com assento no CLAS.

Neste sentido, importa, antes de mais, caracterizar a intervenção do Município de Silves e da Rede Social de Silves.

2.1. Caracterização do Município de Silves

Situado no Barlavento Algarvio, a 55 Km de Faro, capital de Distrito, Silves ocupa uma área de cerca de 680 Km², tendo em 2013, à semelhança de outros Concelhos no País, sido alvo de reorganização administrativa do território⁴¹ e passou de oito a seis Freguesias (ver Quadro nº 1 e Mapa nº 1).

Trata-se de um Concelho extenso, com uma área que vai do Alentejo até ao litoral Algarvio, apresentando fortes assimetrias internas e muitas potencialidades patrimoniais, históricas e paisagísticas. As assimetrias internas são geradoras de vários problemas sociais, destacando-se acima de tudo a sazonalidade e a desertificação, anteriormente referidas. No que respeita à primeira, embora se trate de um problema transversal a todas as zonas litorais, no concelho é mais evidenciada nas Freguesias de Armação de Pêra, Pêra e Alcantarilha, muito se devendo à oferta vocacionada ao produto sol-praia. Quanto à desertificação, evidencia-se sobretudo na zona interior, serra – São Marcos da Serra, dando origem a uma forte desertificação, resultado do fluxo migratório da população mais jovem, dada a inexistência de oferta de trabalho, de

⁴¹ Reorganização administrativa do território das Freguesias, através da criação de Freguesias por agregação ou por alteração dos limites territoriais - Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro - http://www.cne.pt/news/reorganizacao-administrativa-do-territorio-das-freguesias_3979

oferta habitacional e da ausência de respostas sociais de apoio às famílias em idade ativa, verificando-se nesta zona um forte envelhecimento da estrutura populacional⁴².

Estamos perante um Concelho bastante envelhecido, com um índice de envelhecimento⁴³ de 162,7⁴⁴, comparativamente com os 131,04 do Algarve e os 129 do País, sendo nas Freguesias de

Silves (sede de Concelho) e São Bartolomeu de Messines que reside uma maior percentagem de idosos (57,37%)⁴⁵.

Já no que respeita à faixa etária entre os 0 - 14 anos, é na Freguesia de Silves e na União de Freguesias do Algoz e Tunes que se evidencia um maior número de crianças e jovens (48,9%)⁴⁶.

Das seis Freguesias, Silves e São Bartolomeu de Messines são as mais populosas, com 52,51%, de residentes relativamente ao total do Concelho⁴⁷.

Quadro nº 3.1 - Caracterização Demográfica do Concelho de Silves

Freguesias	Área Km ²	% do território	População residente
União de Freguesias de Alcantarilha e Pêra	46,6	0,069	4968
União de Freguesias de Algoz e Tunes	44,7	0,066	6385
Freguesia de Armação de Pêra	8,0	0,012	4904
Freguesia de São Bartolomeu de Messines	250,0	0,37	8422
Freguesia de São Marcos da Serra	161,7	0,24	1354
Freguesia de Silves	168,7	0,25	11054
TOTAL	679,7	1,00	37087

Fonte: INE, 2011

⁴² Dados recolhidos no Diagnóstico Social 2011 da Rede Social de Silves - http://cms.cm-silves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2015/REDE%20SOCIAL/diagnostico2011.pdf, acedido em setembro de 2015.

⁴³ Cálculo do Índice de envelhecimento= População dos 0-14 anos de idade/ População com + de 65 anos x 100.

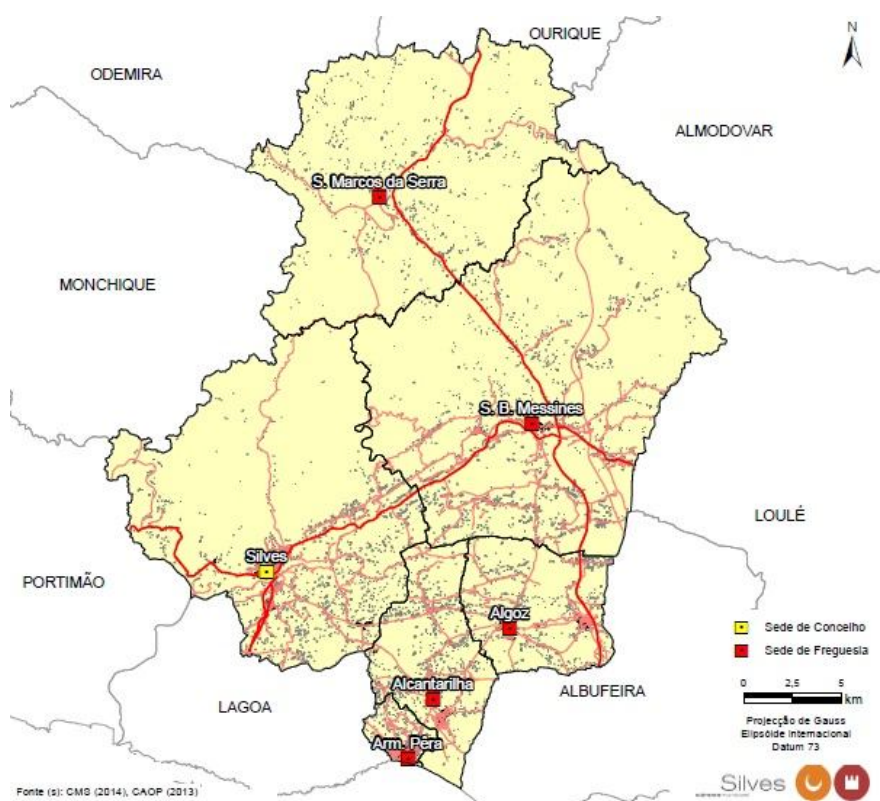
⁴⁴ Por cada 100 crianças e jovens dos 0-14 anos de idade, existem cerca de 163 idosos.

⁴⁵ INE, 2011

⁴⁶ INE, 2011

⁴⁷ INE, 2011

Mapa nº 3.1- Concelho de Silves



Fonte(s): CMS 2014 – CAOP (2013)

Perante a realidade do Concelho, o Município de acordo com as suas competências⁴⁸, tem a obrigatoriedade de intervir a vários níveis (equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação; património, cultura e ciência; tempos livres e desporto; saúde; ação social; habitação; proteção civil; ambiente e saneamento básico; defesa do consumidor; promoção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo; cooperação externa), atuando de acordo com o seu Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais⁴⁹, que prevê ao nível da Divisão de Educação, Desporto, Juventude e Ação Social a existência de um Setor de Ação Social, que dinamiza toda a intervenção social e todas as dinâmicas de parceria (social) promovidas no Concelho, de entre as quais se destaca a Rede

⁴⁸ Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro – Regime Jurídico das Autarquias locais = <https://dre.pt/application/file/499961> acedido em setembro de 2015.

⁴⁹ Despacho nº 12721/2014 de 16 de Outubro – Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais de Silves. Acedido em setembro de 2015. http://cms.cm-silves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Municipio/estrutura%20organica/estrutura%20organica%20CMS.pdf

Social, que dinamiza ações que visam atenuar as consequências dos problemas estruturais identificados no mesmo.

2.2. Caracterização da Rede Social de Silves

A Rede Social de Silves foi instituída no Concelho em Julho de 2002, nos termos da Resolução de Conselho de Ministro nº 197/97 de 18 de novembro⁵⁰ e mais tarde através do DL 115/2006 de 14 de junho⁵¹, que consagrou os princípios e objetivos da Rede Social. É no CLAS que localmente é materializada a intervenção da Rede Social, constituindo-se como uma plataforma de planeamento e coordenação da intervenção social⁵². No âmbito da Rede podem também constituir-se as Comissões Sociais de Freguesia (CSF's)/ Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF's), mas foi entendido pelo plenário de Silves que o número de instituições/ sedeadas no Concelho não justificava a criação deste tipo de Plataforma.

O CLAS de Silves é um órgão deliberativo, embora as suas decisões não sejam vinculativas, que funciona em plenário, constituído por 46 entidades⁵³, tendo como Presidente a Vereadora do Pelouro da Ação Social. Para além do plenário existe o corpo operacional, o Núcleo Executivo, composto por sete entidades (Segurança Social, Câmara Municipal de Silves, Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines, Santa Casa da Misericórdia de Armação de Pêra, a Unidade de Cuidados de Saúde na Comunidade - Centro de Saúde de Silves, a Guarda Nacional Republicana – Destacamento de Silves e Direção Geral de Estabelecimentos Escolares) das quais é obrigatória a representação da Segurança Social, da Câmara Municipal e de uma entidade sem fins lucrativos, eleita entre os parceiros. O funcionamento do CLAS rege-se por um regulamento interno⁵⁴, que estabelece a forma de funcionamento do plenário, a sua composição, os direitos e deveres dos membros, a composição do Núcleo Executivo e as suas competências, sendo a metodologia de intervenção baseada em quatro objetivos:

⁵⁰ Informação em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1666&tabela=leis, acessido em setembro de 2015.

⁵¹ Informação em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1667&tabela=leis, acessido em setembro de 2015.

⁵² Informação em <http://www.seg-social.pt/rede.social>, acessido em setembro de 2015.

⁵³ Lista das entidades que compõem o CLAS de Silves:

http://cms.cm-silves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2015/REDE%20SOCIAL/Contactos%20CLAS.pdf acessido em setembro de 2015.

⁵⁴ Regulamento interno do CLAS de Silves disponível em: http://cms.cmsilves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2015/REDE%20SOCIAL/Regulinter no2015.pdf, acessido em setembro de 2015.

Desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais; Promover um planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local; Garantir uma maior eficácia ao nível dos Concelhos e Freguesias do conjunto de respostas sociais e formar e qualificar, no âmbito da Rede Social, agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local⁵⁵.

Para além do exposto, com o parecer favorável do CLAS são constituídas equipas de trabalho em diferentes temáticas/ áreas de intervenção, de entre as quais destaco o apoio alimentar, a segurança/ proteção civil e a saúde.

3. Metodologia do Estudo Enquadrador da Prática da Parceria no âmbito da Atividade Profissional

Quando nos propomos realizar um estudo definem-se objetivos a alcançar e recorre-se a uma metodologia que nos auxilie a atingir esses mesmos objetivos.

Tendo por base a abordagem às pesquisas nas áreas da Educação e Ciências Sociais, a metodologia que melhor se enquadrou no presente estudo foi a qualitativa, uma vez que através da mesma é possível entender as percepções, motivações e opiniões dos entrevistados sobre os temas em análise, no âmbito da intervenção social em parceria. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a abordagem qualitativa é entendida como um processo que procura compreender uma dada realidade, implicando uma análise mais profunda dos conhecimentos e significados atribuídos ao que é estudado. A mais valia desta metodologia, segundo os mesmos autores, diz respeito ao facto do investigador ser o principal instrumento de recolha de informação. Trata-se de uma metodologia descritiva, que valoriza o processo e não tanto o produto final e apresenta uma análise que é indutiva, ou seja, constrói-se mediante os dados que surgem e permite ao investigador compreender como os entrevistados interpretam determinada vivência, realidade social ou conceito.

No âmbito da concretização deste pequeno estudo exploratório que entendi relevante para a minha própria reflexão acerca da Atividade Profissional, já desenvolvida, em curso e projetada, optei por realizar, numa breve aproximação ao método da investigação-ação, realizando seis entrevistas semi-diretivas, por serem propícias ao estabelecimento de uma

⁵⁵ Objetivos retirados do Regulamento Interno do CLAS de Silves, disponível em http://cms.cmsilves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2015/REDE%20SOCIAL/Regulinter no2015.pdf, acedido em setembro de 2015.

relação mais flexível entre o entrevistador e os entrevistados, mas também ao estabelecimento de maior empatia, o que se traduziu numa maior disponibilidade dos participantes.

Segundo alguns autores a Investigação Ação (IA) é considerada uma modalidade de Investigação Qualitativa (Coutinho, 2005), sendo antes de mais, um método que, de certo modo, procura superar o habitual dualismo entre teoria e prática (Noffke & Someck, 2010)⁵⁶ e a sua criação é frequentemente atribuída Lewin (1946).

Segundo Coutinho *et al* (2009) a IA pode ser descrita como próxima das metodologias de investigação, que incluem simultaneamente ação (ou mudança) e investigação (ou compreensão), tendo por base um processo cíclico ou em espiral, alternando ação e reflexão crítica, e em que nos ciclos (planificação, ação, observação – avaliação e reflexão – teorização) posteriores são aperfeiçoados os métodos, os dados e a interpretação feita à luz da experiência (conhecimento) obtida no ciclo anterior. Moreira (2001)⁵⁷ citada por Sanches (2005, p.129) refere que:

A dinâmica cíclica de ação-reflexão, própria da investigação-ação, faz com que os resultados da reflexão sejam transformados em praxis e esta, por sua vez, dê origem a novos objetos de reflexão que integram, não apenas a informação recolhida, mas também o sistema apreciativo do professor em formação. É neste vaivém contínuo entre ação e reflexão que reside o potencial da investigação-ação enquanto estratégia de formação reflexiva, pois o professor regula continuamente a sua ação, recolhendo e analisando informação que vai usar no processo de tomada de decisões e de intervenção pedagógica.

Latorre (2003)⁵⁸ considera que as principais vantagens da IA são a melhoria da prática e que o propósito da mesma IA não é tanto produzir conhecimentos, mas sobretudo questionar as práticas sociais e os valores que as integram, com a finalidade de os explicar, sendo um “poderoso instrumento para reconstruir as práticas e os discursos” (Latorre, 2003 citado em Coutinho, 2009, p.363).

Perante o exposto, o objetivo proposto do estudo enquadrador da prática da parceria, na minha atividade profissional, foi recolher opiniões estratégicas que fundamentam a seguinte

⁵⁶ Noffke, S., & Somekh, B. (2010). *Handbook of Educational Action Research*. London: Sage.

⁵⁷ Moreira, M. (2001). *Formar formadores pela investigação-ação: potencialidades e constrangimentos de um programa de formação*. Actas do VI Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia. Braga.

⁵⁸ Latorre, A. (2003). *La Investigación- Acción*. Barcelo: Graó.

pergunta de partida: *Qual o entendimento sobre a intervenção social em parceria, de seis representantes do Conselho Local de Ação Social de Silves?*

3.1. Entrevista

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992), existem diferentes formas de realização de uma entrevista, estando relacionadas com os processos de comunicação e interação social, que permitem obter informações ricas e preciosas para o investigador, que dependendo dos objetivos a estudar elabora a sua estruturação. Para os autores existem três tipos de entrevistas: semi-diretiva ou semi-dirigida, centrada, diretiva ou dirigida. As entrevistas semi-diretivas ou semi-dirigidas, são um instrumento de atuação intermédia, em que o entrevistador apresenta questões (abertas e/ou fechadas) que servem como fio condutor, mas contempla a possibilidade de no decorrer das entrevistas possam surgir outras questões, que não estavam inicialmente pensadas, dando maior liberdade ao entrevistador e ao entrevistado, para que fale aberta e livremente. A entrevista centrada, ou não diretiva, tem como ponto de partida alguns tópicos, que são ditos ao entrevistado e espera-se que a partir desses mesmos tópicos este desenvolva o seu discurso. Por fim a entrevista diretiva ou dirigida é o tipo de entrevista em que o entrevistador dispõe de um guião de entrevista muito organizado e com questões específicas (Quivy & Campenhoudt, 1992).

Para a elaboração do presente Relatório optei pela entrevista semi-diretiva, porque é possível aprofundar temas, tendo como referência a perspetiva do ponto de vista dos entrevistados (Flick, 2004). No caso concreto das/dos técnicas/os e dirigentes das entidades, identificadas por mim, no âmbito da minha prática profissional, como as/os de maior referência no Concelho de Silves, ao nível da intervenção social em parceria, a aplicação da entrevista semi-diretiva possibilitou a obtenção de dados comparáveis, entre os diversos sujeitos intervenientes na Rede Social (Arksey & Knight, 1999)⁵⁹, que permitiram apurar a minha própria reflexão sobre o sentido do trabalho em parceria, que venho desenvolvendo na minha atividade profissional.

Ora Biggs (1986), citado por Bogdan e Biklen (1994), refere a este propósito que as boas entrevistas evidenciam-se pelo facto dos indivíduos se sentirem à vontade para falar sobre os

⁵⁹ Arksey, H., & Knight, P. (1999). *Interviewing for Social Scientists*. London: Sage Publications.

seus pontos de vista. Amado (2013, p.207) acrescenta o contributo da entrevista ser entendida como “uma conversa intencional orientada por objetivos precisos”.

Enquanto técnica de recolha de dados a entrevista é entendida como a forma de recolha de dados subjetivos, por norma associados a valores, opiniões e atitudes dos participantes nas mesmas, levando-os a relatar as suas experiências, desejos, razões e visões sobre as áreas em estudo.

No caso concreto das seis entrevistas efetuadas, para a elaboração do presente estudo (Anexos 2 e 6), as mesmas foram dinamizadas em diversos espaços, identificados pelos participantes, com o objetivo de lhes proporcionar um ambiente o mais descontraído e informal possível, o que permitiu a livre expressão de cada um, respeitando o guião orientador de apoio para a entrevista, tendo em média despendido cerca de quarenta a quarenta e cinco minutos em cada uma das entrevistas.

Posto isto, no processo de realização das entrevistas individuais ocorreram três importantes etapas:

1) A primeira etapa consistiu no planeamento das entrevistas

Em primeiro lugar foi necessário fazer uma revisão da literatura para desenvolver um enquadramento teórico sobre a técnica das entrevistas (individuais) a aplicar, ou seja, foi necessário ter claro o que é, como se realiza e quais as principais características da entrevista semi-diretiva. De tudo isto dei conta no ponto anterior.

Para Bogdan e Biklen (1994) e Ghiglione e Matalon (1995), a entrevista é especialmente adequada quando quem desenvolve um estudo tem por objetivos: analisar o sentido que os intervenientes atribuem a uma determinada prática ou acontecimento; analisar um problema específico e por último reconstruir um processo de ação e experiências, sendo dessa forma uma mais valia para aprofundar um determinado domínio, ou verificar a evolução de um domínio já conhecido.

Foi também necessário ponderar acerca da construção do guião de entrevista, que é a base para a entrevista propriamente dita, dividido em cinco dimensões, para as quais foram delineadas três ou quatro questões abertas, ou seja, de resposta livre:

Quadro nº 3.2 – Dimensões estudadas nas entrevistas

Dimensão I - Parceria
Q1- O que é para si uma parceria? Q2- Que tipo de experiência profissional tem a este nível? Q3- No seu entender porquê e como se criam parcerias?
Dimensão II – Intervenção Social em Parceria
Q4- Na intervenção social o que considera como pontos fortes, numa intervenção em parceria? Quais os pontos fracos? Q5- Numa escala de 0 a 5, que importância tem para si o trabalho em parceria? Quais as vantagens e desvantagens dessa intervenção? Q6- O que mudou no seu trabalho desde que desenvolve uma intervenção em parceria? Porquê? Q7- Da intervenção social desenvolvida no Concelho, no seu entender, que ameaças poderão existir que coloquem em causa o desenvolvimento pleno de uma parceria? Q8- Considera que todas as entidades no Concelho reconhecem a intervenção social em parceria como mais valia? Se não, porquê?
Dimensão III – Trabalho desenvolvido e a desenvolver
Q9– Do seu ponto de vista existem oportunidades por explorar, para este tipo de intervenção? Consegue identificar algumas? Q10– Quais os aspetos que considera que deverão ser melhorados ao nível da rede de parceiros existente no Concelho de Silves? Q11– Nesta matéria o que é que pode (vir a) ser considerado uma boa prática, a adaptar noutros Concelhos?
Dimensão IV – Entidades
Q12- Numa escala de 0 a 5 que importância dá a entidade que representa a uma intervenção social em parceria? Q13– Para si, quem são os principais beneficiados no desenvolvimento de uma intervenção social em parceria? Q14– Da sua experiência na Rede, quais as entidades que se destacam na intervenção social em parceria, no Concelho?

Dimensão V – Percepções

Q15- Na sua opinião, o que se espera de uma intervenção social em parceria?

Q16- Do que mais depende o sucesso de uma intervenção social em parceria?

Q17- Qual o futuro para a intervenção social em parceria, daqui a 10 anos?

Tendo por base a pergunta de partida, anteriormente apresentada, ao desenhar o guião da entrevista pretendi alcançar os objetivos propostos no ponto 1 da Parte III do presente Relatório, ou seja, conhecer o entendimento do conceito de parcerias e intervenção social em parceria, por parte dos atores com quem interajo profissionalmente. Defini as questões orientadoras presentes na Dimensão I e II, que me permitiram conhecer dessa forma o entendimento sobre os conceitos, mas também as experiências dos envolvidos no estudo, sobre a temática. Consegui conhecer a reflexão crítica dos mesmos sobre os pontos fortes e fracos deste tipo de intervenção, bem como a importância da mesma para o trabalho que desenvolvem. Estas Dimensões permitiram-me ainda conhecer o que mudou na atuação dos técnicos/representantes das entidades, desde que desenvolvem esta atuação, bem como o entendimento dos mesmos sobre o que poderão ser as ameaças a esta intervenção. Considerei necessário auscultar os envolvidos sobre o reconhecimento e as mias valias desta intervenção, pelas demais entidades locais. Para ir ao encontro do objetivo de conhecer a opinião dos técnicos/dirigentes com assento no CLAS, sobre o presente e futuro da intervenção social em parceria, pensei nas Dimensões III e IV. A Dimensão III permitiu-me recolher informação sobre as oportunidades a explorar neste tipo de intervenção, bem como os aspetos a melhorar e que poderão dar origem a boas práticas. No que há Dimensão IV diz respeito, dirigida especificamente ao entendimento das entidades que representam, pretendi conhecer o grau de importância dada a este tipo de intervenção, conhecer os principais beneficiados, no entendimento das entidades, e do todo que é a intervenção social em parceria, qual a entidade que consideram destacar-se de forma mais positiva no Concelho, nesta área concreta.

Relembrando ainda a investigação-ação e ao referido por Kemmis e McTaggart (1988), mobilizado em Matos (2004):

A investigação acção constitui uma forma de questionamento reflexivo e colectivo de situações sociais, realizado pelos participantes, com vista a melhorar a racionalidade e a justiça das suas próprias práticas sociais ou educacionais bem como a compreensão

dessas práticas e as situações nas quais aquelas práticas são desenvolvidas; trata-se de investigação-acção quando a investigação é colaborativa, por isso é importante reconhecer que a investigação-acção é desenvolvida através da acção (analisada criticamente) dos membros do grupo.⁶⁰

Face ao exposto o objetivo ao efetuar o balanço de competências adquiridas, em parte, vai ao encontro do recolhido na Dimensão V, ou seja, a opinião dos participantes no estudo sobre o que se espera desta atuação do que depende o sucesso da mesma e qual o futuro para a intervenção social em parceria. Daqui consegui retirar alguns contributos para (re)desenhar a minha atuação futura e ao mesmo tempo compreendi que este tipo de atuação é considerado muito importante para as diversas entidades e que independentemente das mudanças que possam surgir, inevitavelmente a atuação social com maior impacto para uma comunidade passará pela congregação de esforços e pela optimização de recursos.

No âmbito desta primeira etapa foi, igualmente, definida a amostra, resultado da técnica designada por amostragem, que conduz à seleção de uma parte ou sub-conjunto de uma dada população, por forma a que os elementos que compõem a mesma representem a população, a partir do universo em que foram selecionados (Carmo & Ferreira, 2008). A amostra da presente investigação (Quadro nº 2) envolveu seis participantes, três homens e três mulheres, técnicos ou dirigentes das entidades com maior intervenção social no Concelho de Silves, no âmbito do trabalho em parceria, todos com formação superior e com uma média de idades de cerca de 45,6 anos. Já a média de tempo de trabalho ao nível da intervenção social em parceria ronda os 18 anos.

Os participantes foram posteriormente convidados a participar no estudo, bem como enquadrados nos objetivos do mesmo. Importa realçar que embora a amostra seja pequena, o objetivo não foi nem é generalizar a informação recolhida e sim reforçar o meu conhecimento crítico e auto-reflexivo da área e na área.

⁶⁰ Informação acedida em dezembro de 2015:

http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/armenio/TESE_Armenio/TESE_Armenio/_vti_cnf/TESE_Armenio_web/cap3.pdf

Quadro nº 3.3 – Dados dos Entrevistados

Entidade	Entrevistados				
	Idade	Género	Habilitações	Tempo de Serviço	Tempo de serviço na intervenção social em parceria
A CPCJ	42	Masculino	Direito	19 anos	13 anos
B Centro de Saúde	48	Feminino	Enfermagem	27 anos	15 anos
C Banco Alimentar – Algarve	42	Masculino	Gestão e Marketing	23 anos	10 anos
D Segurança Social	59	Feminino	Serviço Social	25 anos	25 anos
E Santa Casa de Silves	40	Masculino	Economia	17 anos	15 anos
F Câmara Municipal	43	Feminino	Engenharia Agrónoma	25 anos	25 anos

2) A segunda etapa consistiu na aplicação das entrevistas

Depois de obter resposta favorável à participação dos entrevistados, foram definidas as datas e locais para realização das entrevistas, cuja aplicação decorreu entre 24 de Junho e 17 de Julho de 2015.

No início de cada uma das entrevistas ocorreu uma breve explicação sobre o pretendido do entrevistador e objetivo das entrevistas. Os espaços para realização das entrevistas foram escolhidos pelos entrevistados, sendo assim possível garantir um ambiente o mais informal possível na realização das mesmas. Os tempos de resposta a cada questão foram sempre respeitados, tal como foram respeitadas e aceites todos os contributos dados pelos mesmos. Para garantir o registo de toda a informação, recorri à gravação das entrevistas, que foram previamente autorizadas, tendo tido oportunidade de registar também por escrito algumas palavras-chave e expressões, face a determinadas questões. Por cada entrevista foi necessário despende uma média de 45 minutos (Ghiglione & Matalon, 1995).

Tendo como referência Bogdan e Biklen (1994), a entrevista é utilizada na recolha de dados pela linguagem do próprio entrevistado, que permite a quem investiga compreender a maneira como os sujeitos interpretam determinados aspetos, “...através desta técnica se pretende recolher dados válidos sobre as crenças, as opiniões e as ideias dos sujeitos alvo de investigação” (Werner & Schoepfle (1987) citado por Bogdan & Biklen, 1944, p.160), sendo que o entrevistado diz o que pode ou quer, de acordo com as suas referências face a uma

situação (Ghoghione & Matalon, 1995). O objetivo foi obter registo da opinião e percepções dos entrevistados sobre a temática em análise: a intervenção social em parceria.

3) A terceira etapa foi a análise dos dados obtidos

Realizadas as entrevistas passou-se à transcrição e análise de dados obtidos. A transcrição das entrevistas (Anexo 6) foi um processo moroso, mas essencial para a análise de conteúdo, técnica privilegiada no âmbito das Ciências Sociais, que visa “obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2009, p.44) e que permitiu sustentar alguns dos resultados da reflexão sobre a intervenção em parceria, inerente à minha própria prática profissional. Esta técnica propõe analisar o que é explícito no texto para obtenção de indicadores que permitam fazer inferências.

Assim, foi necessário recorrer à elaboração de grelhas de registo das categorias, e identificar padrões de leitura (comparação, ordenação, relação de respostas entre entrevistados) (Ghoghione & Matalon, 1995). Desta forma foi necessário codificar as entrevistas e através da análise de conteúdo foram retirados segmentos relevantes das entrevistas transcritas (Anexo 4 e 5).

3.2 Análise de Conteúdo

Com efeito a análise de conteúdo é uma das técnicas mais comuns na investigação empírica e oferece a “...possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p.224). Esta análise suporta a produção de um texto que use as informações pertinentes recolhidas durante as entrevistas aos vários participantes numa investigação.

A análise de conteúdo é, portanto, uma técnica que consiste em avaliar de uma forma sistemática um corpo de texto, de forma a desvendar e a quantificar a ocorrência de palavras, frases, temas considerados “chaves” para a investigação (Coutinho, 2011), procurando validações à própria prática.

Pardal e Correia (1995) afirmam que após revisitar o objetivo do estudo, passa-se às fases da análise de conteúdo, nomeadamente: “a) Seleção de categorias que viabilizem a

quantificação dos dados observáveis; b) Estabelecimento de unidades de análise, elementos que, podendo apresentar-se sob várias formas, constituem a base da investigação, sempre que estandardizados, caso a caso; c) Distribuição das unidades de análise pelas categorias ou quadros de análise, anteriormente selecionados.” (p.73)

Neste sentido, e de acordo com estes autores, a análise de conteúdo pressupõe a existência de três tipos de unidades: de registo (de conteúdos que se colocam numa determinada categoria), de contexto (segmento mais alargado do conteúdo que o investigador analisa e dependem da unidade de registo) e de numeração (ou identificação dos segmentos). Deste modo, a primeira etapa é a descrição, ou seja, a enumeração sintetizada após o tratamento das características do texto e a última etapa é a interpretação que, por sua vez, se refere ao significado atribuído às características do texto.

Segundo Bernard Berelson “uma análise de conteúdo vale o que valem as suas categorias” (Gonçalves, 1998, p.52), que obedecem às regras da exaustividade, pertinência, exclusividade, homogeneidade e objectividade” (Gonçalves, 1998).

Ora, como investigadora, com a análise de conteúdo (metodologia qualitativa) pretendi evidenciar informações recolhidas dos participantes do meu pequeno estudo exploratório, posto em marcha numa lógica de aproximação à investigação-ação.

Assim e de forma resumida nesta Parte III do presente Relatório, apresentei os objetivos que me propus alcançar com o presente estudo, apresentei o contexto profissional em que o mesmo foi desenvolvido, quer ao nível do Município quer no âmbito da Rede Social de Silves, apresentando a metodologia qualitativa enquadradora do mesmo, recorrendo a uma aproximação à investigação-ação, tendo utilizado como instrumento de recolha de informações junto dos Técnicos/ dirigentes representantes das entidades com assento no CLAS de Silves, através da entrevista semi-diretiva, tendo utilizado a análise de conteúdo, enquanto técnica para tratar a informação recolhida pelos participantes no estudo em causa.

Face ao exposto, na Parte IV do Relatório apresento a interpretação crítica dos resultados obtidos com a aplicação da entrevista.

PARTE IV – INTERPRETAÇÃO CRÍTICA

“... a formação experiencial não se limita ao vivido e à experiência, ela supõe uma actividade intelectual intensa, afim de confrontar a experiência, de a integrar, de lhe dar sentido e de a voltar a investir.” (Landry, 1989)⁶¹

A forma de atuação de um profissional depende em grande parte, da sua experiência e dos contextos onde está integrado, mas por vezes é necessário e essencial parar, investigar, entender quais as arestas a limar e novamente agir/intervir. Na área de atuação das parcerias, uma das áreas da minha atuação profissional, é imprescindível conhecer o que é desenvolvido pelos outros (entenda-se entidades), por isso mesmo e porque os outros estão integrados na rede, no meu contexto profissional identifiquei seis participantes e recolhi junto dos mesmos as suas visões e entendimentos sobre o tema em estudo – intervenção social em parceria, o que se tornou essencial para reforçar o meu próprio entendimento sobre a temática e ganhar novas perspetivas na triangulação da teoria com a empíria, sobre a importância deste tipo de atuação e as possíveis direções a adotar.

Em tempos onde os recursos são cada vez mais escassos, reforcei a minha convicção prévia de que só em articulação, só em estreita ligação se conseguem obter os melhores resultados e por consequência os impactos mais positivos numa e para uma determinada comunidade.

1. Análise e Interpretação dos Resultados Obtidos

Através da análise e da apreciação crítica dos resultados obtidos, importa evidenciar para cada dimensão estudada o seguinte:

No âmbito da Dimensão I – Parcerias – o objetivo proposto era entender o conceito em si pelos vários atores envolvidos no estudo, com diferentes áreas de formação e experiência comprovada ao nível desta articulação. Foi possível entender que, independentemente da área de formação, ou da estrutura que presentemente integram, todos definem o conceito de forma muito próxima, pois conhecem as lacunas existentes, considerando que devem as

⁶¹ Landry, F. (1989). *La formation expérientielle: origines, définitions et tendances*. Éducation permanente n°100/101.

instituições/entidades e os seus técnicos trabalhar em conjunto, congregar esforços e rentabilizar recursos em prol de um mesmo objetivo, que beneficie a comunidade.

Parceria “...é o fruto de uma relação simbiótica, em que duas ou mais instituições colaboram, com os meios e recursos que têm para a concretização de um fim comum... trabalham as duas para o benefício da comunidade [Sic]...” A1⁶²

No âmbito da Dimensão II e depois da abordagem ao conceito da parceria, o objetivo foi então conhecer melhor o entendimento dos intervenientes, no que respeita concretamente à intervenção social em parceria: quais os pontos fortes e pontos fracos, vantagens e desvantagens, as mais valias deste tipo de intervenção, quer ao nível do trabalho pessoal, quer ao nível do entendimento/reconhecimento desta intervenção pelas várias entidades locais. Também aqui foi notada uma grande harmonia/coesão nas repostas prestadas, embora com pontos de vista ligeiramente diferentes é possível entender, ao nível institucional, que todos sentem como mais valia este tipo de intervenção. Assim, os pontos fortes são o conhecimento das entidades, a partilha de informação e recursos, os conhecimentos e a interlocução estabelecida ao nível da Rede Social por parte da Câmara Municipal de Silves, com todas as entidades, mas também identificam pontos fracos, a dependência financeira da Segurança Social, os diferentes pontos de vista, os diferentes ritmos e formas de trabalho dos parceiros e o olhar ainda muito para si e não para o todo/local, por parte de algumas instituições.

“...pontos fortes...partilha de conhecimentos, partilha de informações e partilha de recursos [Sic].”D4

“...diferentes pontos de vista, níveis, ritmos e formas de trabalhar dos parceiros [Sic].” F4

Esta intervenção é sentida como a cultura do trabalho pelo exemplo, permitindo uma visão diferente e distante da própria atuação e por isso mesmo reforça a cooperação, o alcançar de um fim comum.

“Eu acredito que o trabalho em rede pode fazer a mudança porque é a cultura do exemplo [Sic]....” C4

⁶² Letra e número identificam o entrevistado e a resposta prestada. Para melhor entendimento ver anexos.

Das percepções recolhidas percebe-se que chegar a este ponto implicou investimento de tempo. É entendido também que a intervenção ainda não está perfeita, mas a confiança das entidades e entre entidades só é possível de se alcançar com o fator tempo.

“O trabalho em parceria... requer tempo... visando um propósito comum, um alto nível de confiança entre os parceiros, e uma grande capacidade de se gerirem as diferenças e /ou conflitos... ..nível de confiança... que existe entre os envolvidos.... Um dos factores mais importantes para a qualidade da parceria é o grau de confiança uns nos outros [Sic].”D5

Dos participantes envolvidos no estudo, foi também possível perceber que o trabalho neste âmbito permitiu o conhecimento real do Concelho e dos problemas que o mesmo apresenta, deixando o foco de estar no individual, passando a ser evidenciado o benefício comum.

Na Dimensão III – Trabalho desenvolvido e a desenvolver – é feita a ligação com o futuro, com o que podem ser oportunidades ou ameaças a este trabalho. Também aqui as opiniões não diferem muito. As ameaças que se destacam são os medos, os receios da má comunicação, na partilha de informações, os objetivos não afinados, as dificuldades de adaptação a um trabalho articulado, a falta de recursos, a transparência nas parcerias, o ritmo de trabalho das instituições, as capelinhas...

“A má comunicação entre as pessoas, a falta de recursos humanos... objetivos não afinados [Sic]...” B7

Mas, segundo os entrevistados, existem oportunidades e se efetivamente o trabalho for desenvolvido em proximidade todos ganham, importa é assumir as falhas como sendo de todos e trabalhar para melhorar, pois há muito a explorar. As entidades devem entregar-se à intervenção em parceria, ser proactivas, ultrapassando cercas e barreiras para construir uma rede efetiva.

“...o trabalho em rede leva muito tempo até atingirmos o bom... leva muito tempo, mas já está muito melhor, mas ainda pode melhorar muito [Sic]”.D10

Percepciona-se ainda que para já ainda não nos encontramos em fase de apresentação de boas práticas, tal como o conceito encerra, mas existe um reconhecimento do que é menos positivo e do que é mais positivo e é neste sentido que todos trabalham presentemente.

Na Dimensão IV – Entidades – tendo em conta que entrevistei representantes de entidades, considere importante conhecer o entendimento desta dinâmica, pelos atores, face ao que é sentido pelas entidades onde desempenham as suas funções.

A importância dada... “Dá toda, é cinco...sem a parceria nós não existíamos [Sic]...”A12

Unanimemente é referido que as entidades consideram de extrema importância esta intervenção e que o trabalho que desenvolvem só faz sentido neste formato. Quanto a quem beneficia com esta intervenção a resposta é a sociedade, entendendo-se como tal as instituições, a comunidade, as famílias/ pessoas.

Existem instituições que são identificadas como tendo maior intervenção nesta área, de acordo com a perspectiva de cada interveniente, mas nas mesmas é destacado o efetivo trabalho em prol da comunidade.

No que respeita à última Dimensão – Percepções – o foco recai essencialmente no futuro, no que se espera, do que depende o sucesso desta intervenção e o que poderemos esperar da mesma, intervenção, daqui a dez anos.

Mais uma vez notou-se convergência nas respostas, o que se espera efetivamente é a melhoria da sociedade através de respostas concretas a problemas detetados localmente. Acredita-se que o sucesso desta intervenção depende do tempo, da confiança e do envolvimento/intervenção ativa dos parceiros.

Quanto ao futuro, este trabalho é considerado insubstituível, as parceiras ao nível dos vários financiamentos são a intervenção mais valorizada e por isso mesmo com a crise não haverá espaço para fracionamentos, pois juntos todos serão mais fortes.

“Não vão existir projetos para todos, não vai haver dinheiro para todos e a necessidade vai continuar a fazer sentir-se... e temos que olhar para isto como uma resposta que as instituições têm de dar. ...As coisas vão ter que se reequilibrar e é pena que tenha que ser a força da ausência do dinheiro e não pela vontade das pessoas... ... acredito que no futuro algumas

instituições vão cair, mas as que ficarem vão perceber que juntas é que vão conseguir avançar e serão necessários estes órgãos de cúpula não para saber o que outros fazem, mas para uma maior articulação e coordenação [Sic].” A17

Um dos intervenientes na investigação avançou um pouco mais, referindo mesmo que se os financiamentos tendem a diminuir e os problemas a aumentar deverá encontra-se um equilíbrio e provavelmente as instituições mais fortes, que comprovem um efetivo trabalho em articulação conseguirão manter a sua atividade, mas outras sozinhas provavelmente não irão conseguir continuar a intervir no terreno.

Em Síntese...

Perante os dados das entrevistas, quando se fala em intervenção social em parceira é essencial ter presente a ideia de que a mesma só acontece se os princípios da Rede Social estiverem presentes⁶³, evidenciando a necessária congregação de esforços e a rentabilização de recursos.

Importa referir que embora os técnicos/representantes das entidades envolvidas no presente estudo sejam de áreas distintas (Economia, Gestão/Marketing, Engenharia, Enfermagem, Direito, Serviço Social), evidenciou-se uma forte convergência nas respostas obtidas. O conjunto dos entrevistados acredita que o trabalho nesta área não está completo, muito menos fechado, pois a realidade social está em contínua dinâmica.

Com base neste estudo foi também possível entender que embora o trabalho em Silves não seja perfeito, ainda há muito que fazer, muitos foram os obstáculos ultrapassados e comparativamente ao que foi dinamizado há dez anos, a evolução aconteceu e é notória. Para tal e segundo a percepção dos entrevistados e a minha própria percepção, muito depende da dinâmica da Rede Social e da disponibilidade da CMS para colocação de uma Técnica ao serviço da Rede com o papel de estabelecer a ponte com todas as entidades de forma ativa e imparcial e sempre que necessário, promovendo a mediação entre as entidades, fator crucial para que todos se sintam incluídos, num mesmo processo.

Através deste pequeno estudo (e dada a amostra envolvida), relembro que o objetivo não foi fazer generalizações, porque estamos perante a opinião de seis entidades num universo de 46, no entanto as entidades consideradas desenvolvem no Concelho de Silves uma intervenção

⁶³ Princípios da Rede Social: Subsidiariedade, Articulação, Participação e Inovação.
http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13341/programa_rede_social, acedido em setembro de 2015.

social forte e ativa no âmbito do trabalho em parceria e reúnem um conhecimento que considere essencial recolher e integrar no âmbito da minha reflexão aberta, alargada, vigilante e crítica acerca da minha própria experiência profissional e percepções sobre a intervenção social em parceria, construídas com base no meu percurso profissional mais recente e que estão sob análise crítica neste Relatório de Atividade Profissional, aspeto que desenvolvo no ponto seguinte.

2. Implicações e Auto-Reflexão do Relatório de Atividade Profissional

O presente estudo reforçou a minha convicção da importância da intervenção social em parceria, sendo possível afirmar que intervir na sociedade, na comunidade, junto das famílias, em situações específicas é de extrema relevância, mas só faz sentido de forma articulada, de forma concertada para que efetivamente se alcancem resultados de autonomização. O contrário desta atuação será sempre o assistencialismo, baseado numa intervenção de remédio imediato, sem qualquer planeamento que vise um crescimento ou consequência e nos dias que correm esta forma de atuação deixa cada vez mais de fazer sentido.

Trabalhar com, apoiar, responder a necessidades, suprir lacunas é sem qualquer dúvida missão/competência de quem intervém ao nível social, independentemente da formação técnica, mas importa recorrer à rede social local, que detém informação sobre todas as situações e recursos disponíveis na comunidade, para alocar a esses mesmos vazios.

Este é o ponto em que a reflexão é necessária, a partir da qual a minha atuação profissional será redefinida, tendo por base o investimento na elaboração do presente Relatório de Atividade Profissional, no âmbito do Mestrado de Educação Social.

Ao longo de quase treze anos, a Rede Social e por consequência a intervenção social em parceria, têm sido para mim um forte motor na procura de conhecimentos para a minha conduta profissional, sobretudo ao nível da educação não-formal e em todo este tempo aprendi novas formas de atuação, moldadas por essa mesma experiência adquirida e pela formação contínua, na área do planeamento. Por isso mesmo, sempre necessitei de trabalhar em equipa e partilhar experiências com outros/outras colegas, que intervêm na área, quer sejam do Concelho, da Região, ou do resto do País. Assim, o presente Relatório torna-se uma ferramenta de extrema importância, que em parte ditará a minha forma de atuação, reforçada quer pela atualidade dos conhecimentos enquadradores que ampliei na exploração teórica

apresentada na I Parte, quer pelos resultados retirados das entrevistas aplicadas a seis atores sociais, por mim escolhidos, com diferentes áreas de formação profissional, mas tendo em comum uma vasta experiência de atuação ao nível social, no Concelho de Silves. Refletir sobre o Terceiro Setor e em simultâneo ouvir estes atores sociais, permitiu-me entender que a intervenção social em parceria é geradora de desenvolvimento social local.

Efetuada uma retrospectiva às dimensões do estudo, criado para expandir a reflexão do presente Relatório, através dos dados obtidos e do conhecimento que já tinha, posso afirmar que consolidei o entendimento sobre a temática. No que à Dimensão I diz respeito, a necessidade de constituição de parcerias surge num determinado contexto como forma de colmatar uma lacuna e implica o envolvimento de várias entidades no desenvolvimento de uma intervenção, dirigida à comunidade, onde todos os envolvidos beneficiarão com a sua atuação. No que respeita à Dimensão II, Intervenção Social em Parceria e do que tenho experienciado, com alguma frequência, comum aos participantes do estudo, o ponto forte deste modo de intervenção é de facto a partilha de conhecimentos, de experiências, de boas práticas e nalguns casos de recursos. Já no que toca aos pontos fracos, destaca-se o fraco envolvimento de alguns parceiros, o que em determinadas situações é um aspeto condicionador ao funcionamento pleno de uma parceria. Esta é uma atuação que gera a mudança, mas onde a confiança é necessária. Todos ganham direta ou indiretamente, mas nem todas as entidades ainda entenderam este facto, uma vez que continuam a priorizar interesses pessoais em detrimento do todo, mais forte do que as partes por si só. Toda a intervenção social requer tempo, por isso mesmo não podem ser exigidos resultados imediatos e é neste sentido que muitas vezes esta intervenção é fortemente incompreendida.

No que toca à Dimensão III, trabalho desenvolvido e a desenvolver, o caminho faz-se caminhando, ainda de uma forma lenta, muito se devendo à dificuldade de entendimento do conceito de “dar” e só depois “receber”, mas bem melhor, comparativamente ao início da implementação do Programa Rede Social no Concelho de Silves. Continuam a ser as diretrizes comunitárias, que privilegiam a intervenção em parceria que agitam muitas vezes as entidades para a necessidade desta forma de atuação.

No que respeita à Dimensão IV, Entidades, subscrevo todas as percepções registadas, reforçando o facto de que a Intervenção Social só faz sentido neste tipo de formato, em que tal como referido anteriormente por Hespanha e Carapinheiro (2001), do risco social gerador de oportunidades e constrangimentos se evidencia o importante papel das instituições que

mobilizam recursos e redes de solidariedade. As entidades assumem cada vez maior importância enquanto atores económicos, mas também políticos, promotores da cidadania e parceiros do Estado na governação local, na governação do Bem-Estar Social que transforma interesses privados em interesses comuns, essencial à expansão da responsabilidade pública nas mais variadas áreas. Estabelecendo uma ponte entre os contributos teóricos já apresentados e os contributos recolhidos neste estudo, penso que as entidades, sobretudo as IPSS's, têm um forte peso na comunidade ao nível da intervenção social, mas por vezes desconhecem-no, muito se devendo à dependência financeira que têm para com determinadas entidades governamentais, o que pode nalguns casos, tornar-se um fator limitador de uma forte atuação social.

O trabalho em rede não pode ser simplesmente visto como bom ou mau, o caminho delineado conduziu à criação da mesma (Ferreira, n.d.), mas esta só será plena quando o triângulo entidades, técnicos e comunidade funcionar ao mesmo nível de atuação e quando as entidades entenderem o seu real poder. Enquanto tal não ocorrer as diretrizes continuarão a ser provenientes do Estado, ou de outros atores de maior relevância, que muitas vezes desconhecem a realidade social do território. São as entidades que detêm os conhecimentos do terreno e das necessidades e dentro das mesmas existem corpos técnicos com *know-how*⁶⁴ sobre a intervenção e importa também que as Direções, por norma não técnicas, reconheçam o importante trabalho dos mesmos. Quando tudo isto for colocado em prática, o rumo da intervenção social numa comunidade, quer seja em Silves, ou noutra qualquer parte do País, será completamente alterado e o poder passará efetivamente para as mãos das entidades que intervêm em parceria.

Quanto ao Futuro, Dimensão V, o mesmo, na minha perspetiva, passará inevitavelmente por este tipo de dinâmica, que reforça entendimentos, que reforça a coesão e o *empowerment*, muito se devendo ao trabalho conjunto no âmbito da intervenção social.

De modo transversal a todas as Dimensões abordadas, resulta a convicção de que o poder local é um poder mobilizador da sociedade civil e é através do mesmo que se estabelece uma maior proximidade com a população, ou seja, uma ação que visa a inclusão (Amaro, 1993).

⁶⁴ Termo em inglês que significa literalmente "saber como"; é o conjunto de conhecimentos práticos (fórmulas secretas, informações, tecnologias, técnicas, procedimentos, etc.) adquiridos por uma empresa ou um profissional, que traz para si vantagens competitivas. O *know-how* está diretamente relacionado com inovação, habilidade e eficiência na execução de determinado serviço. É um produto valioso resultante da experiência. <http://www.significados.com.br/know-how/>

Enquanto Técnica de uma Autarquia a trabalhar ao nível socioeducativo, deverei estar preparada para novos desafios e para tal considero de extrema importância a aquisição de novos conhecimentos e competências, que me farão estar melhor preparada para procurar propor a implementação de novas formas de atuação, tendo por referência novas bases teóricas. Os novos conhecimentos são gerados com base na reflexão em conhecimentos anteriormente adquiridos, por isso mesmo e tendo por referência Freitas (2004), ninguém conscientiza ninguém, ninguém se conscientiza sozinho, homens e mulheres se conscientizam mutuamente. Qualquer processo de conscientização implica curiosidade, criatividade e acima de tudo criticidade e ambos caminham lado a lado para o desenvolvimento de uma consciência democrática. É através do pensamento de Freire (1999) que o conceito conscientização ganha forma, sendo a sua finalidade máxima a emancipação pessoal e a transformação social e política, a base da Educação Social. No fundo é o “ser mais”, que o autor refere, que em muito depende da realidade construída por nós enquanto seres sociais, num determinado local e num determinado tempo histórico.

Segundo Berger e Luckmann (2005), a realidade constrói-se socialmente para expressar as condições objetivas da vida de um determinado grupo social, que nos serve de base para pensar, tendo em conta o ambiente social e as pessoas que o compõem.

Pela formação inicial de Serviço Social, que procura a promoção da mudança social nos indivíduos e nas famílias e agora, pelas bases teóricas da Educação Social, onde a intervenção ocorre na comunidade ao nível educativo, conscientizar e emancipar são palavras-chave para a intervenção/ atuação de ambas as profissões, tendo como horizonte a inclusão social e o bem-estar destes mesmos grupos/comunidade.

No caso concreto e através do presente Relatório de Atividade Profissional, explorei uma das áreas temáticas da minha atuação enquanto Assistente Social, complementada através de uma nova área da Pedagogia Social – Educação Social, ferramenta que alia o trabalho social e o trabalho educativo (Serrano *et al*, 2010), que me permitiu entender melhor a atuação social e me permitirá explorar projetos futuros, com vista à minimização, ou quem sabe à resolução, de alguns problemas sociais que venham a ser identificados no território da minha intervenção profissional e que tenham como principal objetivo promover a mudança e o bem-estar social e por consequência a construção de uma cidadania social, entendida no seu sentido pleno, pelo exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, contributo para uma sociedade cada vez mais equilibrada (Marshall, 1967).

... considera-se existir uma profunda relação dialética entre o denominado terceiro setor e o Estado com implicações para o trato da questão social. Nessa medida o papel de intervenção/ mediação dos(as) trabalhadores(as) sociais surge como espaço capaz de ser usado, em distintas esferas sociais, para reconstruir uma cidadania social no atual contexto de crises múltiplas. (Barros, 2013c, p.4).

A intervenção social está em constante dinâmica, por isso mesmo o trilho a seguir passará pelo trabalho de mediação com as várias entidades que intervém ao nível social no Concelho de Silves, mas também pela construção de caminhos desbloqueadores da intervenção social, que dependerão de uma melhoria no planeamento social estratégico.

Haverá sempre diferentes opiniões e formas de entender a temática abordada no presente Relatório, no entanto pessoalmente o que retiro e reforço com o presente estudo, é o facto de que o trabalho mais positivo é aquele que cruza os caminhos social e educacional, numa efetiva parceria. E o maior desafio que resulta de todo o processo implícito à realização do presente Mestrado, será sem dúvida aplicar na minha prática profissional as bases de atuação da educação social e aproximar a comunidade ao trabalho em parceria e ao entendimento da importância do seu contributo para a intervenção social local.

CONCLUSÕES

Ao longo da trajetória de vida por vezes é necessário parar e fazer um balanço das nossas escolhas e dos caminhos por nós percorridos. Ao nível académico também o devemos fazer. Comum neste balanço pessoal/profissional é a possível (re)definição na forma de atuação futura, que implicará sempre o desenvolvimento pessoal, a aquisição de um conjunto de aprendizagens (Barros, 2011) e uma possível abertura de caminhos, para uma melhor condição profissional.

Após uma formação em Serviço Social de cinco anos (formação pré-bolonha), optei por trabalhar e por adquirir o máximo de experiências profissionais. Frequentei várias formações e especializações, reforçando-me com ferramentas, mais valias para as áreas da minha atuação. Tenho procurado ter uma atitude proactiva, para a qual também é necessário parar e refletir sobre as formas de atuação que tenho adotado. Este Relatório traduz essa mesma postura, enquanto Assistente Social, a trabalhar ao nível da intervenção social em parceria, no Concelho de Silves. Assim, tornou-se importante apostar numa formação avançada. A oportunidade surge pela Universidade do Algarve (Escola Superior de Educação e Comunicação), onde foi possível ser orientada na realização de um Relatório de Atividade Profissional, com base na formação e experiência adquirida até então.

Através dos conhecimentos que adquiri e das perspetivas mais alargadas que ainda não tinha, a minha atuação profissional depois de todo este processo sairá reforçada e mais auto-reflexiva.

A intervenção social em parceria, em Silves pode dizer-se que é fortemente influenciada pela dinâmica da Rede Social, programa de planeamento agregador das vontades e expectativas colectivas, que se destina ao desenvolvimento social local e que alia a intervenção da Segurança Social, da Autarquia e dos parceiros com cultura de atuação ao nível social, quer seja ao nível do Setor Público, quer do Particular sem fins lucrativos.

Embora considere esta forma de atuação positiva, uma vez que pela mesma é possível uma efetiva intervenção em articulação, congregando esforços e rentabilizando recursos, através dos atores envolvidos no presente estudo, reforcei certezas face a esta temática e forma de atuação, e terei mais e melhores ferramentas para continuar o meu trabalho nesta área, por ter constatado que também as outras entidades sentem que o caminho é por aqui e por isso mesmo, este foi o reforço necessário para continuar enquanto Técnica de uma autarquia a

mobilizar os demais agentes sociais locais, em direção a uma cada vez mais forte sinergia social, sustentada por novos conhecimentos teóricos.

De qualquer forma é importante reconhecer que existem constrangimentos, mas que os devemos sempre tentar superar, tais como a fraca participação da população na área política, aspeto reforçado por Morin e Nair (1997), muito se devendo à cada vez maior complexidade dos problemas. Certo é o ainda desconhecido, para algumas entidades, poder de transformação/mudança social e o insuficiente investimento político na área social, por se tratar de uma área onde os investimentos que possam ser feitos não evidenciam resultados imediatos, tal como muitas vezes se pretende ao nível político. Portanto, o caminho a percorrer apresenta-se longo, no entanto a solidariedade planeada, contribui para uma sociedade mais inclusiva e mais equilibrada.

A trabalhar para esse mesmo fim estarão os Técnicos Sociais, assumindo o/a Educador/a Social um papel multidimensional e desafiante, promovendo a construção autónoma e consciente de projetos de vida, através da defesa e conscientização pela própria população marginalizada e excluída dos seus direitos e da sua dignidade humana, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade e para o caminho de uma cidadania plena. Consciente de que quem trabalha o social, trabalha numa área em constante transformação, é também necessário que sejamos profissionais flexíveis e adaptados à atuação em diferentes contextos, porém sempre reflexivos e críticos face à missão político-pedagógica das nossas intervenções.

Desta forma e com os conhecimentos adquiridos neste Mestrado, posso atrever-me a dizer, que a formação avançada no âmbito da Educação Social permitir-me-á a melhoria da minha intervenção, junto de todas as entidades que ao nível social intervém no Concelho de Silves, enquanto agente de mudança e mediadora entre indivíduos/ grupos, trabalhando em prol da transformação da realidade (Arco, 2005)⁶⁵ e ao mesmo tempo procurando contribuir na definição de caminhos que visem a construção de uma cidadania social.

“A felicidade é saber unir o final com o princípio”. (Pitágoras)

No fim de qualquer estudo é essencial desenhar estratégias para eventuais investigações futuras, para dar continuidade ao processo formativo, mas sobretudo para conhecer mais e

⁶⁵ Referência presente no Guia de Educação Social: âmbito e práticas.

http://www.isu.pt/uploads/1/8/9/0/18900671/manual_educacao_social.pdf Acedido em novembro de 2015.

melhor a área, que tantas vezes me suscita um conjunto de questionamentos. Uma das primeiras indagações surge pelo desconhecimento nos formatos de atuação de outras entidades, noutras Concelhos e daqui se evidenciam pistas futuras para eventuais investigações que poderão tornar mais consistentes as informações sobre boas práticas de atuação ao nível da intervenção social em parceria e quais os resultados e impactos mais evidentes nas comunidades onde são aplicadas. Esta informação é importante para quem possa estudar a área, mas também e sobretudo para quem trabalha diariamente na mesma e se confronta com a dificuldade que é, muitas vezes, o conseguir ultrapassar medos e resistências ao formato de trabalho em articulação, sem que ocorram sentimentos de competição.

Assim, e tendo por base o presente Relatório de Atividade Profissional, desenvolvido no âmbito do Mestrado de Educação Social, penso que no futuro poderei vir a trabalhar em eventuais projetos de investigação-ação que serão sem dúvida o reforço do que obtive do presente estudo, quer através da teoria, quer da empíria, quer ao nível da necessidade de aquisição de novos conhecimentos, resultantes da aproximação à realidade de intervenção dos Técnicos do Concelho de Silves. E tendo como referência Bailey (2003), talvez inicie uma intervenção próxima ao que ocorre em Inglaterra, ou seja, trabalhar na construção e implementação de macroparcerias, onde estão incluídas ao mesmo nível as organizações do Terceiro Setor, mas também as comunidades locais, com as mesmas oportunidades e possibilidades de opinião, no que respeita ao planeamento e intervenção social local.

No meu entender, importará também estudar a intervenção social em parceria territorialmente, num âmbito inter-concelhio, uma vez que o caminho se evidencia cada vez mais forte neste tipo de atuação, perante os menores recursos disponíveis e o aumento de problemas sociais. As diferenças nos modos de atuação, ao nível da intervenção social em parceria no Algarve/País, dada a heterogeneidade que se evidencia no território português, seriam um outro aspeto a estudar, analisando também as medidas sociais adotadas e dinamizadas nos contextos de parceria, as boas práticas evidenciadas, bem como as diferentes culturas e o entendimento do que poderá ser o trabalho social pelo exemplo.

Para além do impacto do trabalho social em parceria, dinamizado em diferentes Concelhos penso que seria ainda importante analisar o papel exercido pelo Técnico local, que dinamiza a Rede Social e que influência tem o mesmo na intervenção social num determinado território.

Assim e tendo por referência a expressão “Nunca pare de aprender, pois a vida não pára de ensinar!” (autor desconhecido) e o exposto anteriormente, tenho a convicção de que agora

será o início de uma atuação profissional que considero mais forte/ sólida, mas também mais crítica e consciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, J. (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J. (2000). *A Técnica da Análise de Conteúdo*. Referência nº 5, pp. 53-63. Acedido em junho de 2015, disponível em <http://mpelearning.pbworks.com/f/MICO.pdf>
- Amaro, R. (1993). *As oportunidades para o desenvolvimento local*. in a Rede para o Desenvolvimento Local, 8. Faro: IN LOCO. pp. 1-2.
- Bailey, N. (2003). *Local Strategic Partnerships in England: the Continuing Search for Collaborative Advantage, Leadership and Strategy in Urban Governance*. *Planning Theory and Practice*, 4(4), pp. 443-457. Acedido em abril de 2015, disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1464935032000146291>
- Baltazar, M. S. (2004a). *Políticas Sociais: Solidariedades Planeadas*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra: pp. 1-16. Acedido em setembro de 2015, disponível em <http://home.uevora.pt/~mcpr/Doc2.pdf>
- Baltazar, M. S. (2004b). *Da pobreza e exclusão à inclusão social – uma estratégia europeia*. *Revista Economia e Sociologia*, nº 77. pp.15-28.
- Baptista, I. (2008). *Pedagogia social: uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de ação*. *Cadernos de Pedagogia Social*, pp. 7-30.
- Baquero, R. (2012). *Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? Uma discussão conceitual*. *Revista Debates*, Porto Alegre, Vol.6 nº1. Pp. 173-187. Acedido em dezembro de 2015, disponível em www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, J. (1996). *Sinergias para um sucesso? Do Poder Central ao Poder Local*. Universidade de Aveiro. Consultado na Biblioteca da UALG (cod. 123801).
- Barros, R. (2014). *Ensaio sobre Pedagogia – Educação Social*. *Cadernos do GREI nº 20*. Acedido em novembro de 2015, disponível em <http://cadernos.grei.pt/CAD20rossanabarros.pdf>
- Barros, R. (2013a). *As Políticas Educativas para o Sector da Educação de Adultos em Portugal: As Novas Instituições e Processos Educativos Emergentes entre 1996-2006*. Lisboa: Chiado Editora.
- Barros, R. (2013b). *O Papel da Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos (ANEFA) no Arranque Nacional da Governação Pluriescalar da «Nova EFA» - um marco na europeização da agenda pública do sector*. *Revista Portuguesa de Educação Portugal*. pp 59-86). Acedido em setembro de 2015, disponível em

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kv739yK3yCUJ:revistas.rcaap.pt/rpe/article/download/2984/2404+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

- Barros, R. (2013c). *Mediar ente Regulação e Emancipação - perspetiva crítica sobre princípios e valores da cidadania social*. Cadernos do GREI nº 7. Acedido em novembro de 2015, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt>
- Barros, R. (2011). *Genealogia dos Conceitos em Educação de Adultos: Da Educação Permanente à Aprendizagem ao Longo da Vida – Um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional*. [com Prefácio da Doutora Paula Guimarães]. Lisboa: Chiado Editora.
- Barros, R. (2010). *A Nova Matriz de Governação e as Políticas Públicas de Educação de Adultos: Mapeando Tensões Fundamentais*. In Alejandra Montané y Trinidad Mentado (ed.) *Actas del Seminario Internacional de Políticas Educativas Iberoamericanas: Tendencias, Desafíos y Compromisos de la RIAIPE*. Barcelona: Publicacions i Edicions Universitat de Barcelona. Acedido em setembro de 2015, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/18265>
- Barroso, J. (org) (2006). *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, Dinâmicas e Actores*. Lisboa: Educa
- Berger, P. & Luckmann, T. (2005). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Bobbio, N. (2004) *A Era dos Direitos*. [Trad. Carlos Nelson Coutinho]. Apresentação de Celso Lafer. Elsevier: Rio de Janeiro
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Branco, F. (1998). *Municípios e Políticas Sociais em Portugal 1977-1989*. Instituto Superior de Serviço Social – Departamento Editorial. Lisboa: Investigar o Agir.
- Câmara Municipal de Silves. (2013). *Proposta de Plano Diretor Municipal*. Divisão de Planeamento de Território e Informação Geográfica (DPTIG). Acedido em setembro de 2015, disponível em <http://www.cm-silves.pt/pt/menu/504/pdm-de-silves-revisao.aspx>
- Câmara Municipal de Silves. (2011). *Diagnóstico Social de Silves*, Conselho Local de Ação Social de Silves. Acedido em setembro de 2015, disponível em http://cms.cm-silves.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Acao_social/2015/REDE%20SOCIAL/diagnostico2011.pdf,
- Câmara Municipal de Silves. (2009). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Silves (PEDS)*. Divisão de Planeamento de Território e Informação Geográfica (DPTIG). Acedido em setembro de 2015, disponível em <http://cm-silves.pt/pt/menu/512/projetos-e-estudos.aspx>

- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta Editora.
- Capul, M. & Lemay, M. (2003). *Da Educação à Intervenção Social*. Coleção Educação e Trabalho Social – Vol. 1. Porto: Porto Editora.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário*. [Trad. Iraci Poleti]. Petropolis: Vozes.
- Cavaco, C. (2002). *Aprender Fora da Escola. Percursos de Formação Experiencial*. Lisboa: Educa
- Chopart, J. (org.). (2003). *Os Novos desafios do Trabalho Social – Dinâmicas de um Campo Profissional*. Porto: Porto Editora.
- Constituição da República Portuguesa. (Versão de 1993). Lisboa. Editorial Fragmentos.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. Lisboa: Almedina.
- Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M., & Vieira, S. (2009). *Investigação-acção: metodologia preferencial nas práticas educativas*. Revista Psicologia, Educação e Cultura, 13:2 , pp. 355-379.
- Coutinho, C. (2005). *Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal - uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas (1985-2000)*. Braga: IEP- Universidade do Minho.
- Costa, J. & Melo, A. (1999). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto. Porto Editora.
- Corrêa, D. (2002) *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ed. UNIJUÍ: Ijuí.
- Dale, R. (2004) *Globalização e Educação: Demonstrando a Existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação?”*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. Acedido em novembro de 2015, disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- Dominguez, P. (1995). *Espacios Educativos – sobre la participación y transformación*. Barcelona: EUB.
- Dupoirier, E. (2007). *À descoberta da sociedade civil regional: Os parceiros sociais, agentes das políticas regionais financiadas pela União Europeia* [Trad. M. Benedita Bettencourt]. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 77 pp. 11-35. Acedido em abril de 2015, disponível em <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/77/RCCS77-011-035-EDupoirier.pdf>

- Faleiros, V. (2002). *Estratégia em Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Ferreira, F., (n.d.). *Uma análise crítica das políticas de parceria: A metáfora da rede*, Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas e Ação, Atelier: Desenvolvimento, Parcerias Sociais e Metodologias de Intervenção. Acedido em dezembro de 2015, disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616dc46a60d3_1.pdf
- Ferreira, P. M. (2013). *A Agenda pós-2015 para o Desenvolvimento: da Redução da Pobreza ao Desenvolvimento Inclusivo?* IMVF - Policy paper 1/2013. Lisboa: IMVF. Acedido em abril de 2015, disponível em http://www.imvf.org/ficheiros/IMVFPolicyPaper_pos2015.pdf
- Ferreira, S. (2012). *Observando a indecidibilidade da participação do terceiro setor na governação em rede*, Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 97. Acedido em maio de 2015, disponível em <http://rccs.revues.org/4955>
- Ferreira, S. (2009). *A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 84, pp. 169 – 192. Acedido em março de 2015, disponível em <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/sf3>
- Figueiredo, I. (1999) *Educar para a cidadania*. Porto: Edições ASA.
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata, S. L.
- Freire, P. (1999). *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Professora Sim, Tia Não. Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água.
- Freire, P. (1970). *Pedagógica do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (n.d.). *Educação e Mudança*. [Trad. Moacir Gadotti e Lílian Martin]. Rio de Janeiro. Paz e Terra. Acedido em novembro de 2015, disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf.
- Freitas, A. (2004). *Pedagogia da Conscientização*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Georis, P. (1992). *La fonction de médiation au niveau local*. In Revue d' Action Social, março- abril, nº2.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1995). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editores.
- Giddens, A. (1999). *Para uma Terceira Via- A renovação da social Democracia*. [Trad.Saul

- Barata] Lisboa: Editorial Presença.
- Godinho, R. & Henriques, J. M. (2012) *Projeto Rede em Prática – Relatório Final de Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012*. (Coord. Instituto de Estudos Sociais e Económicos). Lisboa: Instituto de Segurança Social.
- Gonçalves, A. (1998). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Braga: Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais.
- Hespanha, P. & Carapinheiro, G. (2001). *Risco social e incerteza: Pode o Estado social recuar mais?* (Dir. Boaventura Sousa Santos). Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Hespanha, P. (2000). *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*. (Dir. Boaventura Sousa Santos). Coimbra: Quarteto.
- Herkenhoff, J. (2001) *Como funciona a cidadania*. Editora Valer: Manaus.
- Hiernaux, J. (1997) *O partenariado, uma perspectiva de desenvolvimento do trabalho social*. Em J. Estivill (org.), *O Partenariado Social na Europa – Uma Estratégia Participativa para a Inserção*. Porto: Cadernos REAPN.
- Hobsbawm, E. (2000). *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. [Trad. Donaldson M.Garschagen] Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *População residente em 2011 – Algarve*. Acedido em março de 2015, disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS
- Jenkins, H., Lee, E. & Rodgers, G. (2007). *O Combate por uma Globalização Justa nos últimos 3 anos – Avaliando o impacto da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização*, [Trad: Ana Pinto de Genebra Sousa] Instituto Internacional de Estudos do Trabalho, Acedido em março de 2015, disponível em http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/pub_glob_justa_followup.pdf
- Júnior, L. (2013). A teoria dos sistemas sociais em Niklas Luhmann. *Sociedade e Estado*, Vol. 28 nº 3. Acedido em março de 2015, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000300013>
- Lewin, K. (1946). Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, n. 2 , 34-36.
- Lima, L. & Afonso, A. (2006). *Políticas públicas, novos contextos e atores em educação de adultos*. In Lima, L. (Org.), *Educação não escolar de adultos. Iniciativas em contextos associativos*. pp. 205-229. Braga: UEA – Universidade do Minho.
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania e classe social*. In *Cidadania, Classe Social e Status*.

- pp.57- 114. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Marx, K. (1991). *A Questão Judaica*. São Paulo: Edições Moraes.
- Mazzotti. (2008). *Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicações à educação*. [Trad. Alda Judith Alves], Revista Múltiplas Leituras, Vol.1, nº. 1, pp. 18-43. Acedido em setembro de 2015, disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1169/1181>
- Mestrinho, M. (2004). *Parcerias na Formação Inicial de Enfermeiros: Um estudo de Caso*. Revista «Pensar Enfermagem». Acedido em março de 2015, disponível em <http://guadalupeostrinho.pt/wp-content/uploads/2015/02/Parcerias-na-Formacao-Inicial-de-Enfermeiros.pdf>
- Morin, E. & Nair, S. (1997). *Uma Política de Civilização* [Trad. Armando Silva]. Lisboa. Instituto Piaget.
- Morin, E. & Kern, A. B. (1995). *Terra-pátria* [Trad. Paulo Azevedo Neves da Silva]. Porto Alegre. Sulina.
- Moscovici, S. (2003) *Representações sociais: investigações em psicologia social*. [Trad. Pedrinho A. Guareschi]. Rio de Janeiro: Vozes.
- Murteira, M. (2003). *O que é Globalização?* Lisboa: Quimera Editores.
- Namorado, R. (2004). *A Economia Social: Uma constelação de Esperanças*. Coimbra: CES-FEUC.
- Netto, J. (1996). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal.
- Pereirinha, J. (2008). *Política social – Fundamentos da atuação das políticas públicas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Ramalho, M. & Ribeiro, A. (orgs.) (2002). *Entre ser e estar – raízes, percursos e discursos da identidade*. (Dir. Boaventura de Sousa Santos). Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Reis, S. & Bellini, M. (2011). *Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental*. Acta Scientiarum – Human and Social Sciences, Vol. 33, nº 2, pp.149-159. Acedido em junho de 2015, disponível em <http://dx.doi.org/10.4025/actascihumansoc.v33i2.10256>
- Rodrigues, F. & Stoer, S. (1998). *Entre Parceria e Partenariado*. Oeiras. Celta Editora.

- Romans, M., Petrus, A. & Trilla, J. (2003). *Profissão: Educador Social*. [Trad. Ernani Rosa]. Porto Alegre. Artmed Editora.
- Rotta, E. (2007). *Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária* [Trad. Carlos Nelson dos Reis]. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre Vol. 6 nº. 2 pp. 314-334. Acedido em março de 2015, disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2321/3250>
- Rousseau, J.-J. (s.d). *O Contrato Social*. Mem Martins: Europa América.
- Samuelson, P. (1987). *Economia*. Lisboa: McGrawHill.
- Sanches, I. (2005). *Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da Investigação-ação à Educação Inclusiva*. Revista Lusófona de Educação, 5, 127-142. Acedido em novembro de 2015, disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/rle/n5/n5a07.pdf>
- Santos, B. S. (org.). (2005). *Globalização – Fatalidade ou Utopia?* Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (1997) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Cortez: São Paulo.
- Santos, B. S. (1990). *O Estado, a Sociedade e as políticas sociais: o caso das políticas de saúde*, (Col. Pedro Hespanha). In BSSantos, O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1998). pp.193-266. Porto Afrontamento.
- Sarmiento, M. (2000). *Lógicas de Acção nas Escolas*. Lisboa: IIE.
- Serrano, G., Garcia, A. & Llamas, J. (2010). *Fundamentos de la Pedagogia Social Y de la Educacion Social*. Interfaces Científicas – Educação. Acedido novembro de 2015, disponível em <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/1630/977>
- Spink, M. (1993). *O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial*. Cad. Saúde Públ., Vol. 9 nº 3, pp. 300-308. Acedido em março de 2015, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300017>
- Stoer, S. & Magalhães, A. (2005). *A Diferença Somos Nós, a Gestão da Mudança Social e as Políticas Educativas e Sociais*. Porto. Edições Afrontamento.
- Teodoro, A. (1994). *Política Educativa em Portugal: Educação, Desenvolvimento e Participação Política dos Professores*. Lisboa: Bertrand Editora.